



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,  
LETRAS E ARTES DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TATIANE GONÇALVES DAMASCENO

**APOSENTADOS DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA:**

Um olhar sobre a velhice

Maringá

2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,  
LETRAS E ARTES DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TATIANE GONÇALVES DAMASCENO

## **APOSENTADOS DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA:**

Um olhar sobre a velhice

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Sociedade e Práticas Culturais.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado.

Maringá

2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,  
LETRAS E ARTES DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TATIANE GONÇALVES DAMASCENO

**Aposentados da Maringá Previdência: Um olhar sobre a velhice**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clarice Ehlers Peixoto  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marivânia Conceição de Araújo  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Simone Pereira da Costa Dourado  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



*Dedicatória*

*À minha mãe, Berenice, a Dona Nena, por  
todo o carinho, atenção e dedicação em todos  
esses anos.*

*Ao Tiago, amigo de longos anos, que sonhou  
esse sonho comigo, mas que partiu antes de  
vê-lo realizado.*

*Aos “meus velhinhos”, aposentados da  
Maringá Previdência que me ouviram e que  
me contaram suas histórias com todo o  
carinho e paciência.*



## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer. Mas este é, sem dúvidas, um dos momentos mais difíceis e não só porque corremos o risco de esquecer alguém: as palavras parecem faltar e as linhas são poucas para agradecer a todos que nestes dois anos – e não apenas nesses dois anos – me ajudaram de inúmeras formas. Porém, é preciso começar.

Quero agradecer a meus filhotes felinos. Boris, Pandora e Jorge, há mais de uma década me acompanham e disputam com os livros um espaço em meu colo. José Emílio, Joaquim e Otávio, mais novinhos, só sabem o que é a vida de mestranda da “mamãe”. Obrigada meus amores por me manterem lúcida com seus ronrons, carinhos e brincadeiras quando eu chegava em casa enlouquecida.

Agradeço a professora Zuleika que me convidou para ser sua aluna ouvinte, antes de eu ingressar no mestrado e, assim, me fez voltar ao ritmo dos estudos e a definir melhor o rumo a seguir.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais não apenas pelas aulas mas também pelas conversas nos corredores, pelas trocas incríveis fora do ambiente universitário, pelas dicas preciosas, pelo carinho.

À banca da Qualificação, professora Zuleika e professora Marivânia pela leitura apurada, pelas sugestões e indicações que significaram muito para a finalização da pesquisa.

Agradeço a meus irmãos Tony, Sandra e Fer pela paciência, pelo carinho, pela ajuda financeira, pelas piadas nas horas de tensão, por entenderem minhas ausências e momentos de irritação.

Às professora Marivânia e Clarice Ehlers Peixoto, por aceitarem participar de minha banca.

À Universidade Estadual de Maringá por ser o local onde iniciei esse caminho, desde a Graduação e ser, também, uma espécie de porto seguro para mim.

Aos meus colegas de turma que compartilharam cada novo passo e cada tropeço nessa caminhada.

Ao Junior e às estagiárias da Secretaria do PGC pela paciência infinita.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,  
LETRAS E ARTES DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A Daiany, Jaqueline e Eder por todo apoio na fase de elaboração e aplicação de questionários, cálculo de amostragem e uso do SPSS-Software e, depois disso, pelas reuniões para discussão de textos e ideias que me auxiliaram muito.

À Miriã Anaeto pela leitura atenta e dicas preciosas.

Aos meus pais pelo infinito carinho, mas especialmente à minha mãe por segurar minha mão sempre que eu titubeava, enxugar minhas lágrimas quando eu achava que não ia conseguir, e vibrar comigo a cada vitória.

A meu companheiro, amigo, parceiro Marcio que soube esperar, silenciar e respeitar minhas ausências, meus choros, minhas dúvidas. Que se esforçou para arrancar sorrisos, para explicar coisas que eu não compreendia. Que me guiou pelos textos de filosofia e que riu comigo diante de minhas trapalhadas acadêmicas. Que se manteve a meu lado, me dando colo, amor, força. Que cuidou e cuida de mim por todos esses anos.

A todos os meus amigos que não se afastaram quando eu desmarcava encontros, quando falava apressada por precisar terminar um texto, quando eu ficava desconectada ou quando só sabia falar de minha dissertação. Agradeço especialmente às amigas Eide, pela leitura cuidadosa, indicações de textos e conselhos; Becky, Bia, Ci, Cris, Dena, Gra, Lu, Marcinha, Paty, Samya, Ro, Rosa e Rose por todo o carinho nesse período, pelos abraços, conselhos e por todas as horas em que me tiraram dos estudos e me fizeram rir e relaxar, esquecendo todo o resto.

Aos colegas de trabalho que souberam entender minhas ausências e seguraram as pontas quando eu estava na Universidade. Especialmente à Elisangela que me ajudou com as tabelas de dados dos aposentados da Maringá Previdência e, carinhosamente, ofereceu seu ombro sempre que precisei.

Aos aposentados da Maringá Previdência que dispuseram de seu tempo para responder questionários, dar entrevistas, conversar sobre suas vidas, esclarecer minhas dúvidas. Que foram me visitar depois de terminada a fase da coleta de dados para saber como estava a pesquisa e se havia algo mais em que pudessem ajudar.

À minha querida orientadora, professora Simone, por dois anos incríveis em que não me deixou enlouquecer, em que me guiou quando eu não era capaz de ver, por me acolher, por caminhar a meu lado nessa jornada maluca e fantástica. Por esses dois anos em que foi mais que minha orientadora, muito obrigada.



## **APOSENTADOS DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA: Um olhar sobre a velhice**

### **RESUMO**

O fenômeno do envelhecimento populacional tem chamado a atenção de pesquisadores e de órgãos públicos, especialmente no que diz respeito à problemática da aposentadoria. Assim, verificar como os aposentados entendem os processos que passam durante o envelhecimento, bem como as formas de interação que estabelecem e os mecanismos de que se valem a fim de vivenciar melhor essa fase de suas vidas, se torna demasiado importante, especialmente para a Antropologia. Visando compreender as mudanças ocasionadas pelo envelhecimento na vida dos aposentados da Prefeitura de Maringá-PR, essa dissertação tem como objeto de pesquisa os aposentados da Autarquia Municipal responsável pela concessão e manutenção de benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários municipais, a Maringá Previdência. Por meio de entrevistas formais, conversas informais e observação participante buscou-se a compreensão que os aposentados têm do envelhecimento.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Aposentadoria. Antropologia.



## **RETIRES OF MARINGÁ PREVIDÊNCIA: A look at old age**

### **ABSTRACT**

The phenomenon of population aging has attracted the attention of researchers and public agencies, especially with regard to the issue of retirement. So check how retirees understand the processes because they spend during aging, as well as the forms of interaction that establish and mechanisms that rely in order to best experience this phase of their lives, becomes too important, especially for Anthropology . Aiming to understand the changes brought about by aging in the lives of retirees of Maringá-PR, this dissertation is research object retirees of the City Autarchy responsible for granting and maintenance of pension municipal statutory civil servants, the Maringá Previdência. Through formal interviews, informal conversations and participant observation sought to understanding that retirees are aging.

Keywords: Aging. Retirement. Anthropology.



Todos querem viver por muito tempo, mas  
ninguém quer envelhecer.

(Benjamim Franklin)

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1 - DESCOBRINDO A PREVIDÊNCIA.....	23
1.1 O estudo sobre os velhos e o surgimento das aposentadorias como marco social .....	23
1.2 O surgimento da Previdência Social no Brasil .....	31
1.3 O serviço público e a previdência no Brasil .....	41
1.4 CAPSEMA e Maringá Previdência: os servidores maringaenses .....	43
2 - DESCOBRINDO O CAMPO .....	46
2.1 A aplicação dos questionários e a mudança de método.....	50
3 – VELHOS SÃO OS OUTROS? .....	56
3.1 Velho, Idoso, Terceira Idade: quem é quem no jogo da identidade ou na ressignificação do envelhecimento.....	57
3.2 Por que falar de identidade? .....	62
3.3 Envelhecer é normal, ficar velho é opcional?.....	64
3.4 A voz dos velhos .....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	80
BIOGRAFIA BÁSICA DOS ENTREVISTADOS .....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	84
ANEXO 1 .....	93
Questionário .....	93
ANEXO 2 .....	103
Roteiro da entrevista formal .....	103
ANEXO 3 .....	105
Termo de consentimento livre e esclarecido .....	105

## INTRODUÇÃO

Minhas banalidades não lhes interessam, e dificilmente eu poderia culpá-los por isso. Minhas histórias reais estão defasadas. E daí que eu posso falar em primeira mão da gripe espanhola, do advento do automóvel, das guerras mundiais, das guerras frias, das guerras de guerrilha e do Sputnik? Agora, tudo isso é história antiga. Mas o que mais eu tenho a oferecer? Nada de novo me acontece. Essa é a realidade do envelhecimento, e acho que essa é a questão essencial. Ainda não estou preparado para ser velho. (Jacob Jankowski, 93 anos, *In Água para Elefantes* de Sara Gruen, 2007)

O objeto de pesquisa dessa dissertação são as concepções da velhice e do envelhecimento criadas pelos velhos<sup>1</sup> aposentados da Maringá Previdência, Autarquia responsável por gerir as aposentadorias e pensões dos servidores públicos estatutários municipais da cidade de Maringá.

Por meio de entrevistas, conversas informais e observação de formas estabelecidas de interação entre esses aposentados na Autarquia, nos dias em que lá comparecem, pretendo verificar o que pensam frente a uma sociedade em constante mudança e como isso impacta sobre os processos de envelhecimento desses aposentados.

São objetivos dessa dissertação compreender como os aposentados da Maringá Previdência vivenciam suas velhices, como concebem esse momento de suas vidas, as mudanças que o envelhecimento lhes traz e como lidam com as diversas nomenclaturas disponíveis hoje para se referir à velhice.

A Autarquia Maringá Previdência, como o nome sugere, está localizada na cidade de Maringá, uma cidade jovem, com apenas 68 anos e que possui quase 400 mil habitantes, segundo a estimativa do IBGE de 2015<sup>2</sup>. A cidade também precisa atentar para o

---

<sup>1</sup> As justificativas sobre a escolha de empregar o termo velho para me referir ao grupo de aposentados que estudo serão apresentadas no capítulo três. Adianto que essa escolha se deu pelo fato de crer que é importante haver um resgate do significado da palavra velho e, ainda, porque ela foi a denominação escolhidas por alguns dos meus entrevistados.

<sup>2</sup> Censo 2010. População 2010: 357.077. A população estimada para a cidade em 2015, de acordo com o IBGE, foi de 397.437 pessoas. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>>. Acesso em 29/11/2015.

envelhecimento populacional. De acordo com dados do IBGE, a população total de Maringá era, em 2010, de 357.077 habitantes, sendo que, destes, 43.716 possuíam, à época, 60 anos ou mais de idade, isto é, aproximadamente 13% da população municipal. Em comparação com a porcentagem de velhos no país, Maringá chama a atenção por, sendo uma cidade jovem, possuir uma média de população idosa superior à nacional, que, segundo o IBGE, é de 10,8%.

Localizada na região centro-norte do estado do Paraná, Maringá é uma cidade média, planejada, de urbanização recente, a terceira maior do estado e a sétima mais populosa do sul do país. O município de Maringá possui aproximadamente 12 mil servidores públicos municipais ativos e cerca de 2 mil servidores públicos municipais inativos, os aposentados e pensionistas.

Minha história com os aposentados da Maringá Previdência tem início no ano de 2009 quando recebi uma ligação da Prefeitura de Maringá. Eu havia passado em um concurso para auxiliar administrativo e estava sendo convocada. Pensei bastante antes de largar meu emprego numa importadora de materiais elétricos para assumir o cargo público no qual ganharia praticamente metade do meu salário.

Para tomar a decisão levei em conta um fator muito importante para mim: ter tempo para estudar. Assumi, então, o cargo, em outubro daquele 2009, na Diretoria de Recursos Humanos. Minhas funções eram simples: atender ao balcão onde servidores de todas as secretarias da Prefeitura protocolavam seus pedidos de férias, licença-prêmio, atualização cadastral, entre outros.

Após cerca de três meses nessa função, pedi para ser removida para outro setor. Fui para o arquivo. E menos de um mês depois de mudar de função, recebi um comunicado: meu chefe, à época, sairia de férias e eu aprenderia suas atividades para que o trabalho não ficasse parado. Ele era o responsável pelas aposentadorias do Município.

Embora o setor de Recursos Humanos fosse enorme, com cerca de 60 pessoas trabalhando, somente ele era responsável pelos cálculos dos servidores estatutários que queriam saber quando poderiam solicitar suas aposentadorias ou, de fato, estavam se aposentando. Naquela época todo esse procedimento era realizado no RH e, após finalizado, o processo era encaminhado à Maringá Previdência, a Autarquia Municipal responsável pela administração de recursos previdenciários dos estatutários da Prefeitura, bem como da manutenção de benefícios.

Foi um período difícil. As regras de concessão de benefícios para servidores públicos possuem inúmeros detalhes. Lembro-me de levar leis, processos e normativas para casa para

estudar e poder entender melhor meu novo trabalho. Com o tempo criei minha própria forma de explicar, montar processos, encaminhar pareceres, fazer os cálculos de proventos.

Meu ex-chefe não voltou à antiga função. “Passou a bomba” para mim, foi como disseram. E, de fato, não se pode dizer que cuidar das aposentadorias do município seja algo tranquilo. A cada mês aumentavam o número de processos, de simulações de cálculo e de dúvidas dos servidores que eu precisava atender.

Ao final de 2012, após algumas negociações entre a Diretoria de Recursos Humanos – hoje uma Secretaria – e a Maringá Previdência, fui removida do Município para a Autarquia, sendo lotada na Sede da Maringá Previdência.

Nessa época, eu já tinha definido meu tema de pesquisa e já vinha lendo textos acadêmicos sobre o envelhecimento e as análises de Leis Previdenciárias. Não havia entrado no Mestrado, ainda, mas elaborava meu projeto e acreditava que o caminho a percorrer no período da pesquisa seria relativamente tranquilo. Eu gostava do meu trabalho e gostava do meu “objeto”. Afeiçoei-me aos aposentados do Município e com muitos iniciei boas amizades. O que mais eu poderia querer?

Era março de 2011. A minha mesa estava abarrotada de processos para análise de pedidos de aposentadorias que tinham sido devolvidos pela Maringá Previdência ao RH, a fim de que fossem juntados novos documentos e cálculos de períodos de contribuição.

Fui chamada ao balcão de atendimento. Um senhor gostaria de falar comigo. Quando você está sozinho para lidar com cálculos de mais de dez mil servidores, aprende-se a ser objetivo. No meu caso as perguntas-chaves são: O(a) senhor(a) é servidor(a) do Município? O(a) senhor(a) já é aposentado(a)? Foi assim que recebi aquele senhor. Quando ele me disse que já era aposentado comecei a abrir a boca para dizer que procurasse a Autarquia para ser atendido. Eu só atendia servidores em atividade.

Mas o Seu José foi mais rápido. Puxou a cadeira e começou a contar sua história, o porquê de ter ido ao RH e quem pedira que falasse comigo. Ouvi-o, entreguei os documentos que ele havia solicitado e expliquei como deveria proceder. Mas ele continuou sentado e puxou do bolso de sua camisa um velho jornal. Sentei-me de frente a ele.

“ – Você conhece alguém nesse jornal?”

Olhei para aquela folha amarelada pelo tempo. A data no cabeçalho era dezembro de 1987. “Eu era uma criança nessa época, nem sonhava em vir para Maringá”, pensei comigo. Olhei mais uma vez. Havia fotos com legendas. Uma das fotos era de um Seu José jovem, de uniforme.

“ – Conheço o senhor”, respondi sorrindo.

“ – Filha, você tem um tempo pra conversar? Claro que tem, né? Esse jornal foi uma homenagem que fizeram para os servidores da Prefeitura. Essa aqui ó, era a telefonista. Já aposentou também. Esse era outro colega. Morreu. E esse sou eu. Eu tenho muitas histórias para contar. O problema de vocês jovens é que nunca querem ouvir o que a gente tem pra dizer. Para vocês, o velho nunca tem nada de bom pra dizer.”

Ainda hoje essas palavras ecoam em minha mente. Lembro-me de ter olhado para minha mesa repleta de trabalho a fazer e de ter tomado uma das melhores decisões da minha vida – acadêmica, pelo menos – : dado de ombros e ouvido aquele senhorzinho simpático.

Quando voltei à minha mesa já estavam cravadas em minha mente as ideias que até hoje me acompanham: o que os velhos tem a dizer que nós não escutamos? Como é que podemos ouvi-los? Quando e como faremos isso?

Portanto, não foi só uma ideia *minha* estudar a velhice, o envelhecimento, a Maringá Previdência e seus aposentados. Foi uma ideia que surgiu da conversa com o Seu José, naquele março, no balcão do RH da Prefeitura; que surgiu das demandas que ele expôs, do vazio que demonstrou sentir, da minha necessidade de saber mais sobre velhice. E, quando encontrei Seu José novamente, anos depois, já lotada na Maringá Previdência, agradei-lhe o presente e recebi a minha primeira negativa de entrevista.

Seu José, tal como Jacob Jankowski, personagem do livro *Água para Elefantes*, parecia mais interessado em contar suas histórias que participar de uma pesquisa sobre envelhecimento: “Ih, filha, mas o que eu tenho pra falar? São só *causos* de velhos”.

Em todos os livros e artigos que eu lia parecia que pesquisar velhos era uma coisa fácil e prazerosa. Meus amigos ao saberem de meu tema exclamavam: “Nossa, vai ser fácil. Velho adora conversar!” E eu acreditava nisso também.

Os aposentados ou os velhos em processo de aposentadoria com quem eu conversava pareciam sempre dispostos a um bom papo e um café. Todos os meses, depois de relotada, eu ajudava na entrega dos holerites dos aposentados. Eles comparecem em peso à Sede da Maringá Previdência e ocupam o amplo pátio do prédio onde a Autarquia funciona. Aproveitam para colocar o assunto em dia, rever velhos companheiros de trabalho, buscar informações.

Aqui, faço uma pausa para falar da localização da Maringá Previdência, uma vez que parece importante lembrar que a facilidade de acesso pode contribuir para a frequência dos aposentados ao local. Localizada bem no centro de Maringá, a Autarquia fica no térreo de um

prédio comercial. Não há escadas. Da calçada já é possível entrar diretamente para o enorme salão.

O prédio fica numa avenida relativamente calma, porém com tráfego de linhas urbanas municipais e intermunicipais, com pontos de embarque e desembarque de passageiros a poucos metros da Autarquia.



**Figura 1: Frente da Maringá Previdência. Foto cedida pela Autarquia.**

Há três quadras fica o Terminal Rodoviário Urbano, de onde é possível pegar ônibus para todas as partes da cidade e perto de onde se pode pegar ônibus para algumas cidades vizinhas, como Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, etc.

Considerando que muitos aposentados da Maringá Previdência residem nas cidades do entorno de Maringá, a localização da Autarquia facilita, e muito, a locomoção entre suas casas e o Ente Previdenciário. O fato de a Maringá Previdência estar tão próxima de pontos de ônibus, terminal urbano e do próprio centro comercial da cidade favorece a circulação de aposentados e mesmo o acesso a diversos locais e serviços que os mesmos buscam, especialmente nos dias próximos ao pagamento, tais como banco, mercado, etc.



**Figura 2: Aposentados da Maringá Previdência após convocação da Autarquia para retirada da nova carteirinha de identificação, em 2012. Foto cedida pela Autarquia.**

Era ali, portanto, no pátio da Maringá Previdência que, mês a mês, eu ouvia as histórias dos aposentados, que discutíamos política, saúde, educação e até mesmo música. Como poderia esquecer de uma senhora, esposa de um aposentado acamado, que me disse que não ficava doente porque vivia dançando? “Eu danço sertanejo, danço funk, danço até ‘tchuk tchuk’. Por isso nunca fico doente”.

Por mais agitados e barulhentos que fossem os dias de entrega de holerites, eram dias em que eu me animava, saía da rotina mecânica de meu trabalho e ia conversar com “meus velhinhos”, como acostumei-me a chamá-los. Eram dias em que compartilhávamos mais que o ambiente de trabalho. Compartilhávamos experiências.

Porque a ida dos aposentados à Autarquia não se resume à retirada de seus holerites. Mês a mês aqueles aposentados utilizam-se do espaço da Maringá Previdência para reencontrar amigos, matar a saudade. Utilizam o espaço para fazer novas amizades, para saber notícias da cidade local e das vizinhas; saber notícias de velhos amigos que há muito não encontram; para se informar a respeito de ações do sindicato e/ou da associação de aposentados.





**Figura 3: Encontro dos aposentados no mês de julho. Foto cedida pela Autarquia.**

Estabelecem, em suma, no pátio da Autarquia, relações de convívio, sendo que estas não precisam, necessariamente, ter uma finalidade específica (por exemplo, retirar os holerites). Elas se ampliam e variam mês a mês, a cada novo encontro.

Simmel (2006) oferece uma interessante análise sobre a reunião de indivíduos:

(...) a própria sociedade, em geral, significa a interação entre indivíduos. Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma “sociedade”. (SIMMEL, 2006: 59-60)

Os encontros mensais entre os aposentados formam, assim, e de acordo com Simmel, novas formas de interação. Os encontros ali estabelecidos podem ter inúmeras finalidades: obter informações institucionais, tirar dúvidas sobre algum evento, solicitar esclarecimentos

referentes ao pagamento, fazer alguma reivindicação; ou pode simplesmente ser uma forma mais lúdica de sociabilidade, visando exclusivamente o encontro/reencontro entre amigos para uma conversa.



**Figura 4: Encontro de Aposentados no Pátio da Maringá Previdência. FONTE: <http://www.maringaprevidencia.com.br/site/evento/13>**

Ainda me reportando a Simmel, penso que o trecho a seguir pode esclarecer um pouco mais como essas formas de interação podem se dar:

*Em si e para si, essas matérias com as quais a vida se preenche, essas motivações que a impulsionam, não têm natureza social. A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou os resultados da inteligência não são, em seu sentimento imediato, por si sós, sociais. São fatores da sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação. A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados -, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, 2006: 60-1, grifo meu)*

Observar esses encontros, essa sociação com interesses momentâneos, pode ajudar a entender a recusa de muitos aposentados em participar, por meio de entrevista semi estruturada, como proposto originalmente neste trabalho.

Minha relação com os aposentados da Maringá Previdência, construída ao longo de quase três anos, me fez pensar que eles – especialmente os que me eram mais próximos – gostariam de falar comigo sobre suas experiências, sobre suas vidas, suas percepções de mundo, especialmente as da velhice, como veio a ocorrer. Mas não em um processo formal de entrevista, com questionário extenso e com outras pessoas aplicando o questionário.

Eles se recusaram, desconfiaram e relutaram. E essa relutância pode ser reflexo da forma de sociação estabelecida ali, por eles. Os encontros são para rever amigos, fazer amigos, ter uma conversa informal, sem maiores pretensões. O pátio se torna o lugar do lúdico, o lugar da conversa alegre, das notícias do dia, sem compromisso formal. A própria forma como a Academia encara a aplicação de questionários, de entrevistas, etc., afasta e/ou amedronta os velhos, em particular, aqueles que não possuem experiência acadêmica ou nunca passaram por esse tipo de situação.

Desta maneira, as entrevistas formais, com gravador, anotações, etc., parecem ferir a finalidade do encontro como demonstrado acima, parecem escapar à percepção de que aqueles dias, que, de certa forma, se repetem todos os meses, são dias especiais, dia de ver/rever amigos.

Abrir mão do método de entrevista formal e participar dessa interação mais lúdica, dessas conversas mais fluidas (e, claro, também da observação sem interferência), propiciou a obtenção de novas informações e detalhes da concepção do envelhecimento por parte dos aposentados da Maringá Previdência e foi essencial para a compreensão das relações ali estabelecidas bem como de relações que se estabelecem fora do pátio da Autarquia.

Embora tenha sentido medo na troca de métodos, de ter sentido muita dúvida sobre a maneira como participar das interações que eu observava, e das quais, em inúmeras vezes, participei, o mais difícil foi escrever sobre isso, sobre as conversas com aposentados, sobre suas reflexões, sobre, enfim, o que eles me contaram. São nesses momentos em que percebo as maiores dificuldades que envolvem o trabalho etnográfico.

Traduzir as conversas, os jogos estabelecidos entre os aposentados que frequentam a Maringá Previdência, as interações resultantes dos encontros mensais, tem sido um exercício árduo. Quando se tem material gravado parece muito mais fácil transpor do “campo” para o “papel” o que foi observado. Como se o resultado da pesquisa fosse, de fato, concreto.

Clifford Geertz, no artigo “os dilemas do antropólogo entre ‘estar lá’ e ‘estar aqui’” questiona como é que uma etnografia se torna crível? Como é que o trabalho do antropólogo é tomado como real?

Os etnógrafos talvez pensem, realmente, que ganham credibilidade pela extensão das suas descrições (...). Talvez se devesse realmente acreditar nos etnógrafos pela extensão de suas descrições, mas não parece ser assim que a coisa funciona. (...) A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, “estado lá”. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita. (GEERTZ, 2009: 14, 15)

Estar na Maringá Previdência, como servidora, obviamente me facilitou algumas coisas. A presença constante dos velhos – e de servidores prestes a se aposentarem, ainda que não fossem velhos – me proporcionou um olhar diferenciado da rotina deles, da forma com que lidam com alguns assuntos. Minha presença ali possibilitou perceber, observar, participar de situações que em outras circunstâncias, talvez não fossem possíveis.

E da mesma forma, justamente pelo fato de eu estar ali como servidora e como pesquisadora, pude ter acesso a dados, a elementos que constituem parte da vida dessas pessoas, mas especialmente a pessoas que me ajudaram a apurar a concepção da velhice, da aposentadoria. Creio que essa “penetração”, como diz Geertz, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, tal qual se apresenta agora, apesar de confiar, assim como ele, que o *estar aqui* escrevendo sobre essas questões é tão importante quanto a experiência etnográfica que tenho cotidianamente, trabalhando na Autarquia.

Como dito no início desta introdução, meu objeto são os aposentados da Maringá Previdência e, por meio de entrevistas, conversas informais e observação de formas estabelecidas de interação entre esses aposentados na Autarquia, nos dias em que lá comparecem, pretendo verificar o que pensam frente a uma sociedade em constante mudança.

Quero fazer aqui, uma importante observação. Quando menciono os aposentados da Maringá Previdência como “objetos” dessa pesquisa, não pretendo retirar deles o papel que desenvolveram ao longo do trabalho. Seu José, ainda antes de esta dissertação se desenvolver me disse que “o problema de vocês jovens é que nunca querem ouvir o que a gente tem pra dizer. Para vocês, o velho nunca tem nada de bom pra dizer”. Assim, esses aposentados com quem conversei, são também, sujeitos desta pesquisa. Como disse Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade*:

Sei que a expressão “objeto da pesquisa” pode repugnar aos que trabalham com as ciências humanas, se essa objetividade é entendida como tratar o sujeito à maneira de coisa, como redução de suas qualidades individuais para torna-lo objeto compatível com o método experimental. Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um médium de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças. (BOSI, 1994:38)

Os aposentados, portanto, sujeitos de suas histórias, explicam como lidam com seu envelhecimento considerando que há, sobretudo nas sociedades ocidentais modernas, um processo de negação da velhice com inúmeros programas de rejuvenescimento, medicação da velhice e exortação da juventude. Saber o que esses velhos pensam desse processo que vivenciam é algo antropológicamente relevante.

Alguns analistas do envelhecimento, como a antropóloga Guita Debert (2012) afirmam, que há um processo de reprivatização da velhice e que envelhecer se torna algo visto como “errado”, sendo o indivíduo o único responsável – ou culpado – por isso, cabendo ao velho reverter a situação, mantendo-se jovem por tanto tempo quanto for possível.

Pretendo, ainda, analisar como os aposentados da Maringá Previdência veem e se posicionam frente às políticas públicas direcionadas a eles, particularmente as previdenciárias. E, por fim, verificar se há construção, por parte dos aposentados, de uma identidade de velho, idoso ou Terceira Idade.

Sobre a questão da identidade, vale recordar que diversos antropólogos se debruçam sobre o assunto, sendo este, um dos temas mais caros à Antropologia. Sabemos ainda que, para alguns autores, o processo constante de reconstrução das identidades é fruto da pós-modernidade. Para estes autores, a crise surgida desta nova época, desencadeou um desmoronamento na noção de sujeito, resultando numa crise de identidade - encarada como a “descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos” (Hall, 2003:09)

Desta maneira, as diversas nomenclaturas utilizadas para se referir à velhice, podem funcionar como uma forma desses velhos se localizarem no mundo, resgatando um papel que lhes é tirado ao solicitarem a aposentadoria.

Como estou imersa no mundo do serviço público, lidando com pessoas que estão se aposentando, que querem saber como e quando poderão se aposentar e também com aposentados – recentes ou de há muito tempo – vejo ser necessário traçar uma linha do tempo sobre os benefícios previdenciários.

Em geral não nos importamos com a previdência, até que chegue o dia em que usufruiremos dela. Eu mesma, posso afirmar, só pude perceber a importância do assunto após começar a trabalhar com ele. Mas é preciso saber como e porque chegamos até aqui. Portanto, o primeiro capítulo desta dissertação busca justamente apontar os caminhos trilhados por trabalhadores até terem seus benefícios concedidos. E a história é longa, começa ainda no século XVIII.

A rotina da pesquisa, a elaboração dos trabalhos – questionários e entrevistas -, as dificuldades encontradas, as certezas derrubadas, enfim, o que constituiu o trabalho de campo durante o período em que desenvolvi esta pesquisa, constitui o segundo capítulo.

É nesse momento em que aponto como os meus medos, os medos dos aposentados, a construção do método de trabalho e a reformulação de toda a pesquisa – algo que precisou acontecer após perceber que os velhos impunham uma maneira de conversar diferente da que eu havia idealizado – deram o novo tom à pesquisa.

No terceiro capítulo, noções como velho, terceira-idade, melhor-idade e coroa são discutidas a fim de entender como elas aparecem nessas conversas com os aposentados como algo que muitas vezes eles veem como impostas. Surge então a necessidade de discutir noções de identidade e a construção de nomenclaturas que visam a nominar todos os velhos, muitas vezes sem levar em conta as idiosincrasias dessas pessoas e de suas histórias. A velhice que, por muitas vezes, foi encarada como uma fase descolada do resto da vida, não pode continuar sendo vista assim. É também o momento em que as vozes dos velhos se fazem ouvir.

Por fim apresento minhas considerações finais.

## 1 - DESCOBRINDO A PREVIDÊNCIA

*O fato de que um homem nos últimos anos de sua vida não seja mais que um marginalizado evidencia o fracasso de nossa civilização: esta evidência nos deixaria engasgados se considerássemos os velhos como homens, com uma vida atrás de si, e não como cadáveres ambulantes. (Beauvoir In A Velhice, 1990)*

Quando pensamos em velhos, costumamos acionar, quase que automaticamente, a categoria aposentado. E essa correlação se dá de maneira tão corriqueira que deixamos de refletir sobre a existência tanto de uns (os velhos) quanto de outro (o sistema previdenciário).

Desta forma, quase não nos damos conta de como a aposentadoria e os sistemas de manutenção desses benefícios surgiram, bem como, muitas vezes, excluímos das análises os velhos que não estejam vinculados a estes sistemas, ou ainda, as situações em que a aposentadoria chega antes da entrada na velhice, definida legalmente, no Brasil, a partir dos 60 anos de idade. Este capítulo visa a apresentar como o sistema previdenciário surgiu e como chegou até nós, da maneira como o conhecemos.

Esse percurso é necessário para compreender como surgem os aposentados, como se tornam uma categoria social e como, ao longo do tempo, há uma associação entre eles e outras categorias, particularmente, a dos velhos.

Em um segundo momento, pretendo apontar também o surgimento de mantenedoras “especiais” de benefícios previdenciários, ligados ao serviço público, tomando a Maringá Previdência como exemplo.

### 1.1 O estudo sobre os velhos e o surgimento das aposentadorias como marco social

Até o início do século XIX, de acordo com a psicóloga Luna Rodrigues Freitas Silva (2008), não havia uma separação nítida ou especializações funcionais para cada idade. Foi com o acentuado envelhecimento da população que as categorias etárias passaram a ser institucionalizadas e, então, ao longo do século XX observou-se a formação de categorias etárias definidas por meio de características de conduta, hábitos corporais e ideias de

satisfação. Esse fato atingiu todas as esferas da vida social, fazendo-se presente no espaço da família, do trabalho e do Estado.

Assim, a ideia de velhice pode ser associada à de modernidade, visto que é a partir do estabelecimento deste período que esta fase da vida passa a ter relevância social e classificação específica, com a periodização da vida e diferenciação entre suas etapas.

O historiador Phillipe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família* (2011), trata do surgimento das categorias de idade no interior das famílias, especificamente da infância, mas também da velhice. Diz ele:

(...) Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo. Essa evolução foi acompanhada por uma evolução paralela, porém inversa, da velhice. Sabemos que a velhice começava cedo na sociedade antiga. Os exemplos são conhecidos, a começar pelos velhos de Molière, que aos nossos olhos parecem jovens ainda. (ARIÈS, 2011: 15)

Tal ideia reforça a noção de que a velhice, como a conhecemos hoje, é, de fato, um tema novo. Os estudos sobre a velhice, embora desde há muito tempo apareçam na literatura, na filosofia e nas ciências biológicas, somente a partir da década de 1970 ganham visibilidade e se tornam tema recorrente em pesquisas nas Ciências Sociais. (GUEDES, 2000; DEBERT, 1998)

Atrelado às novas concepções sociais está o estabelecimento de saberes médicos como a geriatria e a gerontologia que se dedicam a entender os processos de envelhecimento, o corpo envelhecido e os aspectos sociais da velhice.

Diversos autores que tratam do tema da velhice e que fazem um resgate histórico do surgimento dos estudos na área, como o doutor em enfermagem, o português Carlos António Laranjeira (2010), nos informa que, inicialmente, a velhice foi entendida como uma doença que levava o corpo à decomposição, como a fase pré-morte. E todo o conhecimento produzido era para entender e minimizar este “sofrimento”. Não havia nenhum tratamento específico para esta fase da vida, embora ela já começasse a ser questionada.

O gerontólogo Matheus Papaléo Netto, que traça uma história do envelhecimento, aponta o surgimento de uma nova especialidade, como marco para os estudos nessa área:

Foi no início do século passado, mais precisamente em 1903, que Elie Metchinikoff (...) defendeu a ideia da criação de uma nova especialidade, a gerontologia, denominação obtida a partir dos termos gregos *géron* (velho, ancião) e *-logia* (estudo). (PAPALÉO NETTO, 2011:3)



Com a criação da Gerontologia, em 1903, e da Geriatria, em 1909, é que passamos a ter estudos sistematizados e maior investimento, ainda que lentamente, em pesquisa sobre a velhice e o envelhecimento, embora até a década de 1930 os trabalhos ficassem restritos aos aspectos biológicos desta fase da vida. Ainda segundo Papaléo Netto:

Apesar dos conhecimentos a respeito da fisiologia do envelhecimento não terem sofrido grandes mudanças conceituais, houve na ocasião interesse em criar uma nova especialidade na medicina, que visava tratar das doenças dos idosos e da própria velhice. Em 1909, essa especialidade passou a ser denominada geriatria por Ignatz I. Nascher, médico vienense radicado nos EUA, cujo significado era o estudo clínico da velhice.” (PAPALÉO NETTO, Matheus, 2011:3)

Já para a antropóloga Guita Debert (2012), o estabelecimento da geriatria e da gerontologia como campos especializados sugere que o envelhecimento é um “problema” orgânico e que pode ser tratado e retardado:

Pensar na constituição da gerontologia, como mostra Lenoir (1989), é deparar-se com as etapas da evolução da disciplina que – à maneira de camadas geológicas – transformam a velhice em uma especialidade científica. Os primeiros discursos pertenciam ao campo médico e tratavam do envelhecimento orgânico, visto como desgaste fisiológico. Esse discurso é abordado em obras especializadas, encarregadas de difundir o saber e propor medidas de higiene corporal, relacionadas com o retardamento do envelhecimento. (DEBERT, 2012:31)

A partir da década de 1950 as pesquisas sobre a velhice e o envelhecimento ganham força, motivadas por diversos fatores, como o aumento da população idosa no mundo e a criação das sociedades de geriatria e gerontologia (nos EUA, em 1942, e 1946, respectivamente, e no Brasil, 1961 e 1968). Segundo o médico Matheus Papaléo Netto:

Entre 1950 e 1959, foram publicados mais estudos sobre velhice que nos 115 anos precedentes. Entre 1969 e 1979, a pesquisa na área aumentou 270%. Nesse período, cerca de 60% dos trabalhos versavam sobre os processos intelectuais, refletindo a aceitação da ideia de que são fundamentais à adaptação dos idosos. Esse interesse permanece até hoje. Nos anos 1980 e 1990, abriram-se novas frentes de interesse geradas pelas necessidades sociais associadas ao envelhecimento populacional e à longevidade, como, por exemplo, o apoio a familiares que cuidam de idosos dependentes, os custos dos sistemas de saúde e previdenciário, a necessidade de formação de recursos humanos, necessidade de ofertas educacionais e ocupacionais para pessoas de meia-idade e idosas. (PAPALÉO NETTO, 2011: 4)

De forma que, como se pode ver, somente muito recentemente, especialmente a partir dos anos de 1970, é que grandes pesquisas se interessam pela última fase da vida. Em parte, segundo alguns autores, porque a sociedade moderna se interessa muito mais por áreas como

a materno-infantil e as dirigidas aos jovens, o que impactará diretamente nos meios de produção e na formação de mão de obra. De modo que os trabalhos dedicados às fases iniciais e médias da vida são vistos como investimento, ao passo que aos dedicados à velhice, são tidos como gasto.

Felizmente esta tendência tem mudado e o número de pesquisas em velhice e envelhecimento tem aumentado. E não apenas nas áreas médicas, mas especialmente nas áreas de psicologia e ciências sociais. Em grande medida essas pesquisas têm percebido a necessidade e a importância da multidisciplinaridade para melhor compreensão dessa parcela da população que tem crescido consideravelmente nos últimos anos, a saber, os velhos.

De fato, um levantamento feito pelas pesquisadoras Shirley Donizete Prado e Jane Dutra Sayd, publicado em 2004, identificou 144 grupos de pesquisa associados ao envelhecimento humano. O estudo feito pelas pesquisadoras apontou que:

Aos 144 grupos de pesquisa correspondem 610 linhas de pesquisa. Para os 43 *grupos específicos* há 92 linhas de pesquisa; a estas é necessário agregar mais 117 linhas que são aquelas enunciadas nos *grupos não específicos* e que trazem registradas as palavras-chave utilizadas na busca. São, portanto, 209 as linhas de pesquisa descritas pelos líderes como ativas na geração de conhecimento relativo ao envelhecimento humano no Brasil. (SAYD, J; PRADO, S. 2004: 60)

De acordo com as pesquisadoras estão assim distribuídos os grupos de pesquisa: Ciências da Saúde: 15,6% do total; Engenharias e ciências da Computação: 15,5% do total; Ciências exatas e da terra: 15,4% do total; Ciências biológicas: 14,6% do total; Ciências humanas: 14,5% do total; Ciências agrárias: 11,5% do total; Ciências sociais aplicadas: 11,5% do total; Linguística, letras e artes: 4,9% do total.

Então, como apontaram Shirley D. Prado e Jane D. Sayd, embora grande parte das pesquisas esteja ligada às ciências da saúde, as ciências sociais desenvolvem um importante papel, o que nos indica que o número de trabalhos e de pesquisadores tende a crescer.

Outro fator, também muito importante para o crescimento de pesquisas sobre a velhice e o envelhecimento, lembra ainda Silva (2008), foi o estabelecimento das aposentadorias. Segundo a autora, os primeiros benefícios são datados do século XVIII, no entanto, o tema só passa a ser relevante e a constituir tema de interesse coletivo a partir de 1850, na França. A velhice dos trabalhadores era associada à invalidez, ou seja, à incapacidade de produzir.

O corpo velho, o corpo que já não é capaz de produzir – segundo a ótica capitalista – deixa de ter serventia. Isso porque, no capitalismo, todos têm o dever moral e social de

possuir um trabalho; o trabalho é eleito como o ponto central na construção da identidade dos indivíduos.

As pessoas são criadas para produzir, para gerar lucro, para fazer mais em cada vez menos tempo. E essa ideia é associada à juventude. O lugar social está então garantido para o ser que produz. O ser que trabalha. Nas palavras de Eclea Bosi: “Já se sabe: o que define a classe social é a posição ocupada pelo sujeito nas relações objetivas de trabalho.” (BOSI, 1994:11)

Ao envelhecer e ter os movimentos do corpo modificados pelo peso da idade, e muitas vezes pelas doenças decorrentes da velhice (ou mesmo causadas pelo desgaste de uma vida de trabalho), a pessoa perde esse lugar social, deixa de ter seu espaço na sociedade, é como uma “morte social”. A maioria das pessoas teme a velhice pela possibilidade de tornarem-se dependentes pela doença ou por não poderem exercer suas atividades cotidianas.

E foi ao atrelar a velhice à invalidez que os sistemas de aposentadorias surgiram a fim de garantir o sustento daqueles que não mais podiam trabalhar por terem ficado velhos e/ou doentes. Ser aposentado é ser considerado inválido, incapaz e ocioso. Velhice e aposentadoria costumam ser associadas, portanto, à solidão, tédio e improdutividade.

O trabalho do psicólogo Sergio Antonio Carlos et alii (1999), “*Identidade, aposentadoria e terceira idade*”, é deveras esclarecedor quanto à importância do trabalho em nossa sociedade e da visão negativa que a aposentadoria pode ter. Dizem os autores:

Embora o reconhecimento, até certa forma generalizado, do baixo valor pecuniário das aposentadorias, fatores de ordem subjetiva são as principais justificativas para a manutenção do vínculo (de emprego), como o desejo de reconhecimento e de continuar sentindo-se útil em um conjunto social pautado pelo valor produtivo. Conjunto este estruturado em torno da categoria trabalho e que não oferece outros parâmetros de identificação que permitam significar o cotidiano de vida e lhe conferir valor a não ser através do exercício laboral. (CARLOS, et alii, 1999: 81)

Para os autores, o sistema previdenciário, que se desvirtua ao não deixar claro que tipo de benefício concede, identificando a todos apenas como aposentados, reforça a ideia de que apenas o trabalho constitui algum valor às pessoas e que “sua ausência deixa de representar uma situação de júbilo para se constituir em um fator de marginalização social” (IDEM: 83)

Durante muito tempo os trabalhadores não tiveram outra alternativa a não ser poupar do pouco que ganhavam para garantir sua velhice. Muitos, devido às precárias condições de existência, ao se verem velhos e, portanto, excluídos do mercado de trabalho, dependiam do apoio familiar para continuar vivendo, ou da filantropia, ou do assistencialismo público e

privado. Na maioria das vezes, quando as redes assistenciais falhavam e o apoio familiar lhes era negado, cabia ao velho uma vida de abandono e mendicância.

Não foram, de maneira alguma, tempos tranquilos. Simone de Beauvoir, em seu livro *A Velhice*, aponta como esta fase da vida nos séculos passados foi ainda mais brutal.

As transformações foram nefastas para os velhos. Nunca, na França e na Inglaterra, a condição deles foi tão cruel quanto na segunda metade do século XIX. O trabalho não era protegido; homens, mulheres e crianças eram impiedosamente explorados. Ao envelhecerem, os operários ficavam incapazes de suportar o ritmo do trabalho. A revolução industrial realizou-se à custa de um incrível desperdício do material humano. Na América, entre 1880 e 1900, o taylorismo produziu hecatombes: todos os operários morriam prematuramente. Por toda parte, os que conseguiam sobreviver, quando perdiam o emprego por causa da idade, ficavam reduzidos à miséria. Na França, as sociedades mútuas de previdência foram toleradas a partir da Restauração, e reconhecidas em 1835; em 1850 e 1852, recaíram sob um regime de estrita vigilância. A terceira República lhes deu toda a liberdade, através da lei de 1º de abril de 1898. Mas, mesmo dentro das melhores condições, os meios de que dispunham foram sempre insuficientes quando se tratou de garantir um risco tão pesado quanto o da velhice. O mesmo se dava com as *friendly societies*, na Inglaterra. “Façam poupança, ao invés de filhos”, preconizava J.B.Say. Dirigido a operários, este conselho era ridículo. Na França e na Inglaterra, viram-se pulular os velhos vagabundos, os velhos indigentes. (BEAUVOIR, 1990: 236, 237)

É preciso lembrar, aqui, que no período narrado por Beauvoir, meados do século XIX, eram consideradas velhas as pessoas que hoje consideramos ainda jovens. As condições precárias da vida, a inserção no mundo do trabalho ainda muito jovem – crianças até – faziam com que por volta dos quarenta anos as pessoas não mais tivessem saúde e força para trabalhar; chegar aos sessenta anos era uma raridade. Segundo Matheus Papaléo Netto:

Em 1900, menos de 1% da população tinha mais de 65 anos de idade, enquanto hoje, ao se aproximar o fim do século, esta cifra já atinge 6,2%, acreditando-se que no ano 2050 os idosos serão um quinto da população mundial. (PAPALÉO NETTO, 2002:3)

Mas não é preciso voltar tanto no tempo para perceber que a aposentadoria carrega o pesado fardo da *inatividade*. Aposentados são vistos, ainda hoje, como pessoas preguiçosas, e o benefício que deveria ser um prêmio por uma vida dedicada ao trabalho é, muitas vezes, recebido como um castigo. Basta que se lembre que em 1998 o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso afirmou que “pessoas que se aposentam com menos de 50 anos são vagabundos, que se locupletam de um país de pobres e miseráveis”<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Matéria do Jornal JConline – UOL. Disponível em <[http://www2.uol.com.br/JC/\\_1998/1205/br1205n.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1998/1205/br1205n.htm)> Acesso em 07/07/2015.

A fala do então presidente apareceu em discurso no qual defendia reformas previdenciárias, entre elas o aumento da idade mínima da aposentadoria de 60 anos para 65 anos, de acordo com o indicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir do Consenso de Washington. Como se fosse possível abstrair que para se aposentar com menos de 50 anos o brasileiro deveria ter contribuído no mínimo com 35 anos, se homem e 30 anos, se mulher. Parece que o ex-presidente abstraiu, ainda, o fato dessa geração de brasileiros, que no final dos anos de 1990 podia se aposentar com menos de 50 anos de idade, viveu, em sua ampla maioria, a experiência do trabalho infantil, que só passou a ser objeto efetivo das políticas públicas em 1996 quando tiveram início as ações do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), fruto das pressões presentes na Constituição de 1988, reconhecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.089 de 13 de julho de 1990, e de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que no início dos anos 1990 iniciou uma campanha mundial pelo fim do trabalho infantil.

De acordo com a economista Camila Kimie Ugino, que em sua dissertação de mestrado analisou as reformas previdenciárias brasileiras:

A proposição neoliberal, na região (América Latina), foi aplicada com o chamado Consenso de Washington e divulgada pelas agências multilaterais, tais como FMI, banco Mundial e BID. Como forma de superar a crise vivida pelos países da região, esse Consenso estabelecia uma sequência de reformas que incorporava a questão da necessidade de estabilidade macroeconômica, de controle das altas inflações, de cortes de alíquotas e orçamento e de privatizações, ou seja, pregava um ajuste fiscal e reformas orientadas para o mercado. A formulação foi elaborada por John Williamson (1990) e direcionada aos países que almejavam encontrar o caminho para o desenvolvimento. (UGINO, 2011:07)

O resultado de tais indicações, segundo Ugino (2011) foi uma série de mudanças na estrutura estatal dos países latino-americanos, com privatizações de empresas e mudanças nos sistemas de aposentadorias e pensões:

O avanço das políticas neoliberais ocorreu ao mesmo tempo em que se fragilizavam as organizações dos trabalhadores, o que permitiu, em parte, o ataque aos pilares dos direitos sociais. Na América Latina essas políticas implantaram uma onda de privatizações, parcial ou total, dos sistemas de pensões e aposentadorias a partir da década de 1980 sob a batuta dos ditames do Banco Mundial e do FMI. O Chile foi o exemplo maior no processo de reforma da previdência com uma privatização radical. No Brasil, a introdução do programa neoliberal permitiu um incipiente desmantelamento do sistema de Previdência Social com a justificativa que o gasto público/PIB brasileiro era elevado em relação à experiência internacional. (UGINO, 2011: 09)

Podemos perceber que as mudanças que se impõem aos regimes previdenciários não visam a melhoria na vida dos aposentados; somente buscam atender às necessidades mercadológicas, reforçando a aposentadoria como um fardo para os velhos e um peso para a sociedade que precisa arcar com os custos do envelhecimento.

Beauvoir (1990) apontou ainda como alguns regimes de assistência – aposentadorias e pensões – tratavam a velhice como equivalente a uma forma de incapacidade, impedindo os velhos beneficiários de exercer qualquer tipo de atividade remunerada. Como pontuei, Beauvoir escreve no fim da década de 1960 e, no entanto, muito do que percebeu, infelizmente continua atual.

A máxima “o trabalho enobrece o homem” caracteriza bem o vínculo que se estabelece entre os trabalhadores ativos e o mundo do trabalho como algo a ser desejado e mantido, de um lado, e os aposentados e a preguiça/ invalidez/ inutilidade como algo a ser evitado, de outro. A psicóloga Milena Rodrigues et al (2005) explicam:

No modo de produção capitalista, que idolatra a produção e aliena o trabalhador do processo de produção, a aposentadoria é frequentemente vivenciada como a perda do próprio sentido da vida, uma espécie de morte social. Ao valorizar apenas aqueles que produzem, deprecia-se o sujeito aposentado. (RODRIGUES et al, 2005: 54)

No início do século XX, a urbanização se acelera na Europa e o mundo do trabalho passa por novas reorganizações, propiciando assim o surgimento e o fortalecimento das Caixas de Pensões. As mudanças porque passavam a sociedade e a estrutura familiar, de certa forma, obrigaram o Estado a assumir a responsabilidade sobre os indivíduos envelhecidos e/ou incapacitados. As Caixas de Pensão e Assistência que outrora eram divididas por classes de trabalho, ganham novos contornos, ampliando o atendimento e obrigando o Estado a estabelecer taxações sobre salários para a manutenção das aposentadorias.

Os primeiros benefícios são pensados a partir de uma idade na qual se julgava que a pessoa perdia a capacidade produtiva. O Estado define uma idade, que em geral coincide com as demissões, por parte dos empregadores, dos indivíduos menos produtivos. Simone de Beauvoir (1990) já demonstrava como as mudanças são feitas:

O Estado fixa a idade em que o trabalhador tem direito a uma aposentadoria; essa idade é também a que os empregadores públicos e privados escolhem para despedir seu pessoal, e, portanto, a idade em que o indivíduo passa da categoria de ativos à de inativos. Em que momento ocorrerá esta mudança? A quanto montarão os rendimentos pagos? Para determinar isso, a sociedade deve levar em consideração dois fatores: seu próprio interesse, e o dos pensionistas. (BEAUVOIR, IDEM:276)

Como visto, essas mudanças – especialmente as que aumentam a idade para aposentadoria – vão se tornando cada vez mais frequentes, inclusive em nossos dias, sendo balizadas por órgãos internacionais e aceitas pelos Estados.

Na Europa, cada país teve sua regra estabelecida, levando em conta, no mais das vezes, o recorte etário, sem que com isso o trabalhador fosse, efetivamente, beneficiado. Os Estados Unidos têm uma trajetória muito parecida com a europeia, estabelecendo primeiramente Caixas de Assistência para os velhos operários impedidos de trabalhar e só posteriormente os fundos de aposentadoria a todos os trabalhadores, a partir da década de 1930. (DEBERT & SIMÕES, 1998)

A aposentadoria é definida, pois, por critérios arbitrários, elegidos pela sociedade e que, nem sempre, considera a capacidade sócio-bio-psicológica do indivíduo.

No Brasil, tem-se levado em conta, quando da formulação de novas regras de aposentadoria, a expectativa de vida ao nascer. Esse método desconsidera, por exemplo, a especificidade da velhice nas diferentes regiões do país, bem como a trajetória de vida dessas pessoas. Além disso, as últimas reformas previdenciárias que foram apresentadas no país tem reforçado a ideia do trabalho como algo que deve ser mantido, uma vez que passa a ser subentendido que a aposentadoria significará pobreza e incapacidade. O exemplo mais recente deste tipo de política está na aprovação, pelo Congresso, da Emenda Constitucional número 88/2015, que aumentou a idade da aposentadoria compulsória do servidor público de 70 anos para 75 anos<sup>4</sup>.

## **1.2 O surgimento da Previdência Social no Brasil**

No Brasil, é comum afirmar que os aposentados são segurados pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social, esquecendo-se muitas vezes da existência de outros fundos de previdência, como é o caso de servidores públicos de todas as esferas – municipal, estadual e federal. De acordo com o IBGE (Perfil dos Municípios Brasileiros – 2012) o Brasil possuía

---

<sup>4</sup> Lembrando que a EC 88/2015, que a princípio tinha sido vetada pela presidente Dilma Rousseff, foi aprovada pelo Congresso Nacional que derrubou o veto presidencial e não criou qualquer impedimento para os trabalhadores vinculados ao INSS que com 70 anos ou mais continuem trabalhando. Para estes trabalhadores não há limite de idade para se aposentar.

pouco mais de três milhões de servidores públicos (3.128.923 pessoas, correspondendo a 1,6% da população do país).<sup>5</sup>

Esse trabalho focaliza um desses outros fundos previdenciários, o da Maringá previdência. Contudo considero relevante essa retrospectiva e explanação sobre o INSS porque sua estrutura serve de balizadora para os fundos dos servidores públicos dos diferentes níveis.

Muito antes do surgimento do INSS, os trabalhadores brasileiros conheceram formas de previdência, em geral divididas por categorias de trabalho e, posteriormente, órgãos estatais que dariam origem ao maior sistema de previdência do país.

Em 1821, por exemplo, um decreto baixado pela família real, que aqui havia aportado em 1808, concedia aposentadoria aos mestres e professores que completassem 30 anos de trabalho. (SERRA E GURGEL, 2008) Para esta categoria, a situação continuou praticamente a mesma, visto que hoje eles precisam de 25 anos de exercício do magistério, se mulher, e 30 anos, se homem, excluídos os professores universitários, para os quais segue valendo 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos, se homem.

Quando a primeira Constituição foi outorgada, em 1824, a previdência não foi contemplada, permanecendo desprotegidos os trabalhadores de então. Outras classes de trabalhadores tentaram, em vão, conquistar direitos previdenciários que lhes assegurassem uma velhice tranquila, porém somente em 1835 foi concedido o direito de previdência aos servidores da Marinha do Estado do Rio de Janeiro, com descontos efetuados nas folhas de pagamentos destes servidores a título de contribuição previdenciária. (SERRA E GURGEL, 2008) Estes servidores estavam vinculados ao Monte-Pio, uma caixa de caridade, assistência e empréstimos, de caráter privado.

Por meio dessas Caixas de Assistência, que eram privadas, foram concedidos os primeiros benefícios em solo brasileiro. Com o passar do tempo, outros trabalhadores foram se reunindo a fim de criar seus Monte-Pios e garantir uma velhice com rendimentos suficientes para a sua sobrevivência. Ainda assim, os Monte-Pios abrigavam principalmente os servidores públicos, civis e militares, os trabalhadores de ferrovias e os trabalhadores da área da saúde.

---

<sup>5</sup> Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=89](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=89)> e <<http://www.valor.com.br/brasil/3046800/ibge-funcionarios-publicos-eram-16-da-populacao-brasileira-em-2012>> Acesso em 30/07/2015.



Em 1923 foi assinada a Lei Eloy Chaves, hoje vista como a precursora da “Previdência Social Brasileira e da proteção social com aposentadoria, pensão, assistência médica e auxílio farmacêutico” (SERRA E GURGEL, 2008). Esta lei regulamentou a criação e manutenção das Caixas de Aposentadoria e Pensões, vinculados às empresas privadas, divididos por categoria profissional.

A Lei Eloy Chaves previa regras de desconto previdenciário, tipos de aposentadoria, idade e tempo de contribuição. Assim dizia o texto da Lei:

Art. 10. A aposentadoria será ordinária ou por invalidez.

Art. 11. A importância da aposentadoria ordinária se calculará pela média dos salários percebidos durante os últimos cinco anos de serviço (...)

Art. 12. A aposentadoria ordinária de que trata o artigo antecedente compete:

a) completa, ao empregado ou operário que tenha prestado, pelo menos, 30 anos de serviço e tenha 50 anos de idade;

b) com 25% de redução, ao empregado ou operário que, tendo prestado 30 anos de serviço, tenha menos de 50 anos de idade;

c) com tantos trinta avos quanto forem os anos de serviço até o máximo de 30, ao empregado ou operário que, tendo 60 ou mais anos de idade, tenha prestado 25 ou mais, até 30 anos de serviço.

Art. 13. A aposentadoria por invalidez compete, dentro das condições do art. 11, ao empregado que, depois de 10 anos de serviço, for declarado física ou intelectualmente impossibilitado de continuar no exercício do emprego ou de outro compatível com a sua actividade habitual ou preparo intelectual. (Lei Eloy Chaves, 1923)<sup>6</sup>

Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo entre suas atribuições, “orientar e supervisionar a Previdência Social, inclusive como órgão de recursos das decisões das Caixas de Aposentadorias e Pensões”. (SERRA E GURGEL, 2008:35)

Muito lentamente a legislação brasileira ia se adaptando à nova realidade. O crescente número de idosos, as organizações sindicais e as novas configurações familiares desempenharam um papel fundamental na consolidação do sistema de previdência.

As alterações na Lei Eloy Chaves permitiram que cada vez mais trabalhadores fossem beneficiados com o direito à aposentadoria, ainda que esta correspondesse a valores inferiores a seus proventos de atividade.

As constituições federais também eram elaboradas levando em conta a necessidade de pensar sobre a velhice – e a forma de manutenção dos benefícios – e sobre outros aspectos da vida do trabalhador, como licença-maternidade, acidente de trabalho, incapacidade do trabalhador para suas atividades.

---

<sup>6</sup> Disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>> Acesso em 11/07/2015.

A constituição promulgada a 10 de novembro de 1937, por exemplo, trazia em seu texto as seguintes normativas, no Artigo 137:

(...) m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes de trabalho;  
n) as associações de trabalhadores têm o dever de prestar aos seus associados auxílio ou assistência, no referente às práticas administrativas ou judiciais relativas aos seguros de acidente de trabalho e aos seguros sociais<sup>7</sup>.

Assim, no ano de 1940 estavam vinculados às Caixas de Aposentadorias e Pensões o número de 274.845 trabalhadores no Brasil. De acordo com o IBGE, nesta mesma década, a população estimada no país era de 41 milhões<sup>8</sup>, ou seja, menos de um por cento da população do país estava vinculada a um sistema de previdência.

Com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 01 de maio de 1943, através do Decreto-Lei nº 5452, foi elaborado também o primeiro projeto de leis previdenciárias. Desta forma, previdência brasileira ia se estabelecendo e tornando-se acessível a um número maior de trabalhadores. (SERRA E GURGEL, 2008)

A CLT, mesmo não tratando especificamente de previdência, estabeleceu uma série de direitos aos trabalhadores em vias de se aposentar e, também, para aqueles que almejavam o benefício futuro. A saúde do trabalhador passava a ser levada em conta e verificada periodicamente a fim de comprovar sua capacidade laboral ou encaminhá-lo para aposentadoria.

Em meados da década de 1940, a unificação das Caixas de Aposentadoria e Pensão começa a ser prevista. O Estado aprova leis específicas nesse sentido e elabora planos para abarcar todos os trabalhadores já vinculados a alguma Caixa e também para facilitar o ingresso de novos trabalhadores no sistema a ser criado.

A década de 1960 marca um importante avanço na legislação previdenciária. É assim com a Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960, chamada Lei Orgânica da Previdência Social, que entre outras coisas, buscava unificar os sistemas previdenciários existentes no país, com

---

<sup>7</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)> Acesso em 11/07/2015.

<sup>8</sup> Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/analise\\_populacao/1940\\_2000/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf)> Acesso em 11/07/2015.

exceção dos trabalhadores vinculados ao serviço público, para o qual haveria legislação específica.

A LOPS, como é ainda conhecida, previu ainda as formas de gerenciamento, concessão e manutenção de benefícios, unificou a legislação existente no período e os procedimentos para ingresso dos trabalhadores e análises das aposentadorias e pensões a serem concedidas. Seu texto é claro no que se refere à finalidade da Lei. Já no Artigo 1º diz:

A Previdência Social, organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para seu bem-estar.<sup>9</sup> (LOPS, 1960)

A LOPS apontou ainda quais benefícios seriam concedidos e quais as regras para concessão de aposentadorias e pensões:

Art. 22. As prestações asseguradas pela previdência social consistem em benefícios e serviços, a saber:

Quanto ao segurado:

- a) Auxílio doença;
- b) Aposentadoria por invalidez;
- c) *Aposentadoria por velhice*;
- d) Aposentadoria especial
- e) *Aposentadoria por tempo de serviço*. (...)

Art. 30. A aposentadoria por velhice será concedida ao segurado que, após haver realizado 60 (sessenta) contribuições mensais, completar 65 (sessenta e cinco) ou mais anos de idade, quando do sexo masculino, e 60 (sessenta) anos de idade, quando do feminino e consistirá numa renda mensal calculada na forma do § 4º do art. 27.

Art 32. A aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao segurado que completar 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço, respectivamente, com 80% (oitenta por cento) do "salário de benefício" no primeiro caso, e, integralmente, no segundo. (LOPS, 1960, grifos meus)

A partir da aprovação da LOPS foi possível em 1966 criar o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS<sup>10</sup>, resultante da fusão de todas as Caixas de Aposentadoria e Pensões (antigos Monte-Pios) e de todos os Institutos de Aposentadoria e Pensões do país. O INPS passa a exercer suas atividades em 02 de janeiro de 1967.

---

<sup>9</sup> Lei nº 3807/60 – Disponível em < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1960/3807.htm>> Acesso em 11/07/2015.

<sup>10</sup> Decreto de criação do INPS, Decreto-Lei nº 72 de 21 de novembro de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/1966, disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1966/72.htm>> Acesso em 11/07/2015.

O surgimento do INPS trouxe outras vantagens além das previstas na LOPS. Foi possível, depois dele, criar o FUNRURAL, fundo para a previdência dos trabalhadores rurais, definir as regras para a licença-maternidade e salário-maternidade, entre outros.

Para se ter um exemplo de como a criação do INPS proporcionou mudanças significativas na vida do trabalhador e do aposentado no Brasil, no ano de 1976 estavam vinculados ao Instituto 18.596.367 de contribuintes e havia 4.269.930 benefícios sendo pagos. A relação entre contribuintes e beneficiários era de 4,35 contribuintes para um segurado e a população do período, no país, estimada em 93 milhões<sup>11</sup>. (SERRA E GURGEL, 2008). Tem-se, portanto, que de 1940 para 1976 houve um aumento de mais de 670% no número de contribuintes para o regime previdenciário.

Após um longo período ditatorial, a promulgação da Constituição Federal de 1988 - CF/88 foi um dos grandes passos dados rumo à confirmação da Democracia no país, ao reconhecimento da cidadania e do cidadão como detentor de direitos individuais, civis, sociais e políticos.

O reconhecimento dos direitos do idoso e de políticas voltadas especialmente para ele mostra, a partir da CF/88, um significativo avanço legal. A CF/88 estabeleceu e modificou parâmetros legais com relação à velhice e à aposentadoria dos trabalhadores no país, fossem eles vinculados à iniciativa privada ou ao serviço público.

Vários capítulos foram destinados exclusivamente a tratar das formas de alcance de benefício, da extensão destes benefícios ao maior número de pessoas e de garantir o acesso à previdência e seguridade<sup>12</sup>. A própria fórmula de cálculo para concessão de aposentadoria, no serviço público e no serviço privado, foi estabelecida na Constituição, homogeneizando os processos de análise de tempo de contribuição e garantindo isonomia na base de cálculos, tema sobre o qual tratarei posteriormente. Porém, friso aqui, que a Constituição de 1988 estabeleceu como idade mínima para aposentadoria no serviço público: por tempo de contribuição aos 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem; aos 55 anos de idade

---

<sup>11</sup> Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-89101974000500004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-89101974000500004&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em 11/07/2015.

<sup>12</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, CF/88, disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 11/07/2015.

e 30 anos de contribuição, se mulher; ou ainda, por idade, aos 65 anos, se homem e 60 anos, se mulher, desde que tenham pelo menos 10 anos de serviço público<sup>13</sup>.

No caso dos trabalhadores do setor privado, as regras ficaram definidas da seguinte forma: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, quando homem e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, quando mulher, para que os benefícios sejam calculados sobre a integralidade das médias salariais. No caso dos trabalhadores que desejem se aposentar por idade, 65 anos de idade, quando homem e 60 anos de idade, quando mulher, com um tempo mínimo de contribuição de 10 anos, os valores são calculados proporcionalmente ao tempo de contribuição, levando-se em conta o valor da média salarial<sup>14</sup>.

Percebe-se, portanto, uma importante questão: a definição de idade mínima para aposentadoria, desde a CF/88, como base para todos os trabalhadores do país, não leva em conta o fato de o Brasil ser marcado por fortes diferenças regionais e por altos níveis de informalidade no trabalho. São comuns situações em que homens e mulheres trabalham por vários anos sem registro formal, portanto, sem contribuição, sendo difícil alcançar o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria. Os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) instituídos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)<sup>15</sup> visam minimizar essas dificuldades, mas possuem critérios que, muitas vezes, excluem parte da população:

O Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte. (Ministério da Previdência Social)<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, CF/88, disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 11/07/2015.

<sup>14</sup> Para entender a forma como a média salarial, para fins de aposentadoria, é calculada, ver: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/valor-aposentadorias/>> Acesso em 17/01/2016.

<sup>15</sup> Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742/1993. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)> Acesso em 21/11/2015.

<sup>16</sup> Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>> Acesso em 21/11/2015.

Após um período de ajustes, foi feita a última grande modificação no regime de previdência do Brasil, chamado Regime Geral, aos quais estão vinculados os trabalhadores regidos pela CLT.

Essa mudança ocorreu no ano de 1990, com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS<sup>17</sup>, autarquia do governo federal responsável pela análise dos dados dos trabalhadores vinculados à iniciativa privada<sup>18</sup>, desde valores de salários, afastamentos de qualquer natureza, licenças, aposentadorias e pensões.

Desta maneira, todo trabalhador registrado de maneira regular no Ministério do Trabalho, por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), passa a estar obrigado a recolher a contribuição previdenciária mensal, calculada de acordo com o valor que recebe como salário. Também o empregador está obrigado a fazer o recolhimento previdenciário mensal.

Pode-se notar que ao longo dos anos diversas mudanças vêm sendo propostas e efetivadas para se adequar a previdência às necessidades do Estado. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, quando foram conquistados alguns direitos para o trabalhador, as transformações nas leis previdenciárias não foram abandonadas.

Assim é que já a partir de 1998, emendas constitucionais foram aprovadas modificando formas de cálculos e de acesso aos benefícios. As reformas que são implantadas a partir das emendas à Constituição trazem o discurso do déficit previdenciário como mote para diminuir direitos dos trabalhadores, alterando a forma como são concedidas as aposentadorias e pensões.

Reporto-me novamente ao texto de Camila Kimie Ugino que aponta como a fórmula utilizada para calcular o déficit da previdência é falaciosa:

Esses diversos argumentos pró-reformas distorcem o que foi construído na Constituição de 1988, pois foi instituído que a Seguridade Social seria financiada por uma base diversa. Entre as principais receitas estavam: i) as contribuições de empregados e empregadores sobre os salários (alíquotas de 8 a 11% dos salários para os trabalhadores e 20% sobre a folha de pagamentos para o empregador); ii) a Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas (CLSS composta por 8% para as empresas e 18% para as empresas do setor financeiro); iii) a contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS que incide sobre o faturamento ou receita bruta das empresas com uma alíquota de 3%). Essa seria a base de financiamento da Seguridade, que deveria ser arrecadada e administrada pelo INSS e

---

<sup>17</sup> Decreto de criação, nº 99350 de 27 de junho de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 28/06/1990. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/>> Acesso em 11/07/2015.

<sup>18</sup> Há exceções, para os servidores públicos, em situação que será demonstrada posteriormente.

pela Secretaria da Receita Federal, cabendo ao Tesouro o repasse aos órgãos de seguridade. (UGINO, 2011: 51)

Então, se todos os recursos fossem utilizados para a manutenção do sistema de seguridade e pagamento de aposentadorias, a Previdência não teria como ficar deficitária, particularmente em um país tão jovem como o Brasil, onde a população ativa ainda é bem maior que a população inativa, ou seja, o número de pessoas entre 15 e 29 anos ainda é muito superior ao de crianças entre 0 e 14 anos e de idosos de 60 anos ou mais.

A Emenda Constitucional nº 20/98 institui, entre outras alterações nos benefícios, o fator previdenciário que vem a ser uma fórmula para cálculos de aposentadorias que leva em conta a idade do trabalhador, vinculado ao INSS, no momento da aposentadoria e a expectativa de vida dos brasileiros, estimada à data do pedido do benefício e o cálculo dos benefícios através da média salarial, extraída a partir da análise dos salários recebidos pelo trabalhador desde julho de 1994.

As mudanças nos Regimes Próprios de Previdência, isto é, nos fundos previdenciários dos servidores públicos, demonstradas no quadro abaixo<sup>19</sup>, utilizam-se das mesmas justificativa, qual seja, a de que não será possível manter os benefícios de todos pois o colapso do sistema é iminente.

---

<sup>19</sup> Extraída do trabalho de Camila Kimie Ugino, As reformas previdenciárias brasileiras sob a pressão neoliberal. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 2011: 61 e 62. Disponível em <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_arquivos/10/TDE-2011-03-29T11:04:28Z-10792/Publico/Camila%20Kimie%20Ugino.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/10/TDE-2011-03-29T11:04:28Z-10792/Publico/Camila%20Kimie%20Ugino.pdf)> Acesso em 02/07/2015.

**Quadro 1 - Mudanças no RPPS na reforma de FHC**

	<b>Situação em 1995</b>	<b>EC nº 20/1998</b>
Sistema próprio	Sim.	Sim, contributivo.
Aposentadoria especial de professor	Após 30/25 anos de serviço (H/M) e tempo de contribuição mínimo.	Elimina-se a aposentadoria especial para professores de nível superior.
Situações especiais	Atividades insalubres, juízes, parlamento.	Mantido.
Base de cálculo dos benefícios	Último vencimento, eventualmente com promoção na hora da aposentadoria.	100% da remuneração do posto que foi ocupado por pelo menos cinco anos antes da aposentadoria.
Correção dos benefícios	Paridade de reajuste entre ativos e inativos.	Mantido.
Teto de benefícios	Não existia.	Teto equivalente ao salário do ministro do STF, requerendo regulamentação por lei.
Financiamento	Com recursos orçamentários e alguma participação de contribuições.	O sistema é considerado contributivo e deve estabelecer equilíbrio financeiro e atuarial.
Militares	Sistema próprio.	Mantido, até que nova lei, que não possui prazo para ser criada altere a situação.
Proteção do direito adquirido		Reconhecimento pleno dos benefícios já concedidos e dos direitos já constituídos à época da promulgação da EC nº20.
	<b>Situação em 1995</b>	<b>EC nº 20/1998</b>
Regra de transição		Servidores de cargos titulares efetivo no serviço público no momento da reforma aposentam-se: a) por idade; b) integralmente na idade 53/48 anos (H/M) com cinco anos no cargo, 35/30 anos de contribuição mais pedágio de 20% do tempo faltante à época da promulgação da EC nº20; ou c) proporcionalmente à idade 53/48 com cinco anos no cargo, 30/25 anos de contribuição mais pedágio de 40% do tempo faltante à época da promulgação da EC nº20.
Carências	Não existiam.	Tempo mínimo de serviço público de dez anos e tempo mínimo de cargo de cinco anos.
Tempos de contribuição fictícios	Eram possíveis.	Proibidos.
Acumulação de benefícios	Permitido.	Proibido dentro do mesmo regime.
Funcionários de estados e municípios	Permitem-se Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).	Mantido.
Fundos de pensão complementares	Não previstos.	Lei Complementar pode autorizar a instituição de teto de benefício igual ao RGPS, desde que haja simultaneamente a criação de Fundo Complementar.

Fonte: IPEA, 2007, p. 62



É possível perceber, de acordo com o quadro acima, como algumas alterações na Constituição, removeram, também, direitos dos servidores públicos do país, atendendo às demandas do FMI, conforme estabelecido no Consenso de Washington. Entre os direitos que deixaram de vigorar estão o da aposentadoria especial do professor – que deixa de existir para professores do nível superior –, a exigência do tempo mínimo de serviço público (que passa a ser de 10 anos) e a acumulação de benefícios (quando um servidor pode receber aposentadorias de dois órgãos públicos ou de um órgão público e do INSS).

Essas mudanças impactaram diretamente na manutenção da qualidade de vida dos servidores, especialmente no que diz respeito aos valores de benefícios e equiparação salarial<sup>20</sup>.

Importa lembrar que, ainda que os direitos dos servidores públicos venham sendo, desde a década de 1990, retirados em diversas mini-reformas previdenciárias, persiste a ideia de que, no Brasil, o servidor público encontra-se em uma situação privilegiada, contando com estabilidade no emprego, salários diferenciados (em relação ao dos trabalhadores vinculados ao Regime Geral) e regras próprias de aposentadoria.

### **1.3 O serviço público e a previdência no Brasil**

O serviço público, como se viu, tem suas regras de concessão de aposentadoria definidas desde muito cedo no Brasil. Assim é que, ainda no Império, os primeiros a serem considerados beneficiários de Caixas de Aposentadorias e Pensão estavam vinculados à Casa Real. Eram servidores do exército, professores e outros trabalhadores a disposição do serviço e do bem público.

---

<sup>20</sup> Uma prática que se repete a cada nova emenda constitucional, a exemplo das emendas EC 41/2003 que estabeleceu, por exemplo, a contribuição previdenciária sobre valores de benefícios superiores ao teto do Regime Geral/INSS e da EC 47/2005 que, entre outras alterações na CF/88, criou uma regra de aposentadoria para servidores públicos estatutários que tenham ingressado no serviço público antes de dezembro de 1998 e que, à data da aposentadoria possuam do tempo total de contribuição – 30 anos para mulheres e 35 para homens – pelo menos 25 anos de serviço público para que, a cada ano extra de contribuição, um ano da idade seja diminuído, ou seja, se a regra geral diz que a mulher se aposenta com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade, de acordo com essa alteração, caso ao completar 30 anos de contribuição ela também possua, no mínimo, 25 anos de serviço público, ao completar o trigésimo primeiro ano de contribuição se ela tiver 54 anos, ela também possa se aposentar, uma vez que a soma da contribuição e da idade – 31 e 54 – também daria 85 – 30 e 55.

Entretanto, nem todos os que prestavam serviços ao Império tinham direito à aposentadoria, fosse ela concedida por idade (na velhice) ou por tempo de serviço prestado (casos dos professores que obtinham direito a aposentadoria após 30 anos de magistério).

A legislação evidenciava mesmo, certo conflito ao não identificar de maneira clara quais os trabalhadores que seriam beneficiados – vinculados ao Império ou não. Desta forma, foi comum estabelecer benefícios a classes de trabalhadores, sem diferenciar, adequadamente, a origem do vínculo do trabalhador.

Ainda assim, pouco a pouco a legislação passa a evidenciar as diferenças de vínculo trabalhista. No caso dos servidores públicos, por exemplo, para além do tempo de serviço obrigatório para pleitear a aposentadoria, era preciso que pelo menos parte deste tempo fosse laborado junto a uma das esferas do governo. Como exemplo, cito a Constituição de 1946 que dizia em, seu artigo 95, parágrafo primeiro: “A aposentadoria será compulsório aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de **serviço público**, contados na forma da lei”<sup>21</sup>. O principal critério de diferenciação era, portanto, o tempo de serviço junto aos órgãos governamentais e não a idade.

A promulgação da Constituição de 1988 manteve esse critério diferenciador e destinou capítulos inteiros para tratar de como o serviço público se configura e como será definida a aposentadoria dos trabalhadores vinculados a ele. Assim, o artigo 39 trata do acesso aos cargos públicos – concurso, salário, treinamento pessoal – e o artigo 40 define as regras para aposentadoria de servidores efetivos vinculados à União, aos Estados e aos Municípios.

Faz-se necessário atentar para o fato de que nem todos os trabalhadores vinculados ao serviço público são regidos pela mesma normativa. É aqui que surge uma das principais divisões: embora sejam todos designados agentes públicos<sup>22</sup>, *empregados públicos* são aqueles regidos por normas empregatícias diferentes, estabelecidas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Constituição Federal (para aposentadoria, especialmente, conforme artigo 201) e servidores públicos estão submetidos aos seus Estatutos e à Constituição Federal conforme os artigos 37, 38, 39 e 40, que regulamentam a forma de acesso ao serviço público, através de concursos, bem como o direito à aposentadoria, após o cumprimento de requisitos específicos como, por exemplo, tempo de serviço público.

---

<sup>21</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)> Acesso em 11/07/2015 (Grifo meu)

<sup>22</sup> A distinção feita entre os agentes públicos é bastante analisada pelo Direito Administrativo. As noções aqui apresentadas foram extraídas dos livros de DI PIETRO, 2008 e CARVALHO FILHO, 2013.

Os agentes públicos submetidos à CLT são pertencentes ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mais conhecido por INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); os demais agentes, como visto, estão vinculados a seus Estatutos podendo contribuir para o INSS ou para seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

#### **1.4 CAPSEMA e Maringá Previdência: os servidores maringaenses**

Em 1962 era criada a Autarquia CAPSEMA – Caixa de Assistência, Pensões e Seguros dos Servidores Municipais de Maringá, através da Lei Municipal nº 239/62<sup>23</sup>, de 12 de dezembro. A Lei estabelecia que: “São associados obrigatórios, da Caixa de Assistência, Pensões e Seguros dos Servidores Municipais de Maringá, todos os que, sob qualquer forma, exerçam atividades na Prefeitura Municipal e Câmara Municipal.” (Art. 2º)

A CAPSEMA tinha por prioridade fazer empréstimos aos servidores para aquisição de casa própria, pagamentos de aposentadorias futuras, pensões (referentes a no mínimo 2/3 dos rendimentos do servidor falecido, desde que há pelo menos dois anos estivesse vinculado ao Município), assistência médico-odontológica, auxílio-maternidade, auxílio-funeral, assistência jurídica, etc. (Lei 239/62)

Ao longo dos anos a Lei 239/62 foi sofrendo alterações a fim de se adequar às normas nacionais que regiam sistemas previdenciários e manter a estabilidade financeira (Lei 262/63, Lei 549/67, Lei 658/68, Lei 706/69).

Já foi dito que as mudanças nas leis que regem a Previdência levam em conta o fator equilíbrio fiscal e financeiro. Isso porque, caso os Fundos Previdenciários entrem em déficit, o modelo não poderia se manter, colocando em risco o pagamento das aposentadorias e pensões, bem como a concessão de novos benefícios.

A Lei 1313/79 trouxe algumas alterações significativas, como a mudança da razão social da CAPSEMA para Caixa de Assistência e Pensões dos Servidores Municipais de Maringá, retirando assim o caráter de seguradora da entidade. Ela ainda ofereceu a possibilidade de parcelamento de dívidas oriundas de assistência médico-hospitalar e alterações nas porcentagens referentes à utilização dos serviços da Autarquia.

---

<sup>23</sup> Disponível em < <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=legislacao> > Acesso em 11/07/2015.

Outra alteração importante ocorreu em 1993 através da Lei 06/93 que diz em seus primeiros artigos:

- 1º. Fica instituído como regime jurídico único dos servidores municipais o estatutário, previsto pela Lei Municipal 1115, de 16 de fevereiro de 1976.
- 2º. Os atuais servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das leis do Trabalho, terão seus empregos extintos a partir da publicação desta lei, passando a integrar o Quadro Suplementar, previsto no inciso II do artigo 14 da Lei Municipal 1115, de 16 de fevereiro de 1976, preservados todos os direitos adquiridos no serviço público municipal.<sup>24</sup>

Essa mudança fez com que o número de segurados da CAPSEMA aumentasse substancialmente o que gerou problemas financeiros e estruturais.

Uma lei de 1994 buscou corrigir as distorções ocasionadas pela Lei de 1993, alterando para isso as porcentagens de contribuição e, ainda, alterou novamente o nome do fundo de previdência para CAPSEMA Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Maringá.

Em 1999 houve a última alteração na estrutura da CAPSEMA, através da Lei 304/99, isso porque, devido às dívidas acumuladas com pagamento de tratamento médico-hospitalar, contratação de pessoal para prestação destes serviços, manutenção de estrutura que abarcasse esses trabalhadores, bem como o aumento substancial no número de segurados, a CAPSEMA foi extinta através da Lei Complementar nº 749/2008<sup>25</sup>.

A Lei Complementar nº 749/2008 estabelece ainda que os servidores estatutários do município permanecem vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, a partir de então chamado Maringá Previdência – Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Maringá, ou apenas, Maringá Previdência. Ao Fundo de Previdência cabe, exclusivamente, a manutenção dos benefícios previdenciários até então estabelecidos, isto é, aposentadorias e pensões e a concessão de novos benefícios. O atendimento médico, odontológico e hospitalar deixa de fazer parte da estrutura, cabendo à Prefeitura, e não mais à Autarquia, a responsabilidade pelas licenças-médicas, materna, etc.

A estrutura da Autarquia até 31/12/2015 estava composta por treze servidores efetivos, três estagiárias, um cargo comissionado e o superintendente, que embora deva ser servidor

---

<sup>24</sup> Disponível em <[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/263\\_texto\\_integral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/263_texto_integral)> Acesso em 11/07/2015

<sup>25</sup> Disponível em <[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/10304\\_texto\\_integral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/10304_texto_integral)> Acesso em 11/07/2015.

efetivo da Prefeitura de Maringá, é nomeado pelo Prefeito, tendo também, cargo de 04 anos no comando da Autarquia.

Também, para o mesmo período, foram verificados 1846 benefícios<sup>26</sup> sendo pagos pela Maringá Previdência, gerando uma folha de pagamento mensal no total de R\$ 4.742.437,54<sup>27</sup>.

Assim, o histórico aqui apresentado sobre os caminhos da Previdência Social no Brasil, destacando os aspectos dos setores privado e público, contribui para refletir sobre como os aposentados se tornam, no final dos anos de 1990, um problema do ponto de vista do equilíbrio fiscal e financeiro dos órgãos mantenedores de benefícios previdenciários, uma vez que vivem mais, custam mais, se aposentam mais cedo, gastam com serviços públicos, como saúde e etc.

Em síntese, as sucessivas reformas na concessão dos benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras que alcançam o direito a aposentadoria configuram dimensões simbólicas sobre quem são os aposentados no Brasil. A sugestão analítica retirada a partir do inventário que fiz nesse capítulo, aponta para a vinculação da aposentadoria como um dos marcadores sociais de chegada na velhice, independente da idade cronológica dos indivíduos que passam a receber o benefício. Uma forte associação é feita entre “virar” aposentado e se tornar inativo, não apenas para o mundo do trabalho, mas também para vivência de outras atividades sociais.

No próximo capítulo trato do início da pesquisa na Maringá Previdência e dos métodos desenvolvidos para a realização desta dissertação.

---

<sup>26</sup> Para este trabalho foram levantados apenas os dados referentes às aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, não sendo levadas em conta as aposentadorias por invalidez e nem pensões.

<sup>27</sup> O total da folha de pagamento mensal da Maringá Previdência, incluindo servidores ativos da Autarquia, aposentados e pensionistas, é de R\$ 5.835.225,47.

## 2 - DESCOBRINDO O CAMPO

A expressão “observador participante” pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. (Bosi *in* Memória e Sociedade: lembranças de velhos, 1994)

Durante pouco mais de seis meses trabalhei no desenvolvimento da metodologia de trabalho para entrevistar aposentados vinculados à Maringá Previdência. Reuniões e análise das questões a serem aplicadas marcaram o período, em que tive a companhia constante de minha orientadora e de colegas das Ciências Sociais.

O questionário tinha por objetivo traçar um perfil dos aposentados do Município de Maringá, vinculados ao Regime Próprio de Previdência. Questões sobre renda, escolaridade, dependência (físico, psicológica e/ ou financeira) e identidade foram elaboradas para alcançar este objetivo e também para tentar identificar como a categoria Terceira Idade era percebida pelos velhos.

Sabemos que a ideia de Terceira Idade traz consigo uma série de percepções sobre o que é a velhice. A nomenclatura aponta a nova velhice como uma fase de busca por realizações de antigos desejos, busca por novos empreendimentos, descobertas em diversos âmbitos da vida. Nas palavras da antropóloga Clarice Peixoto:

Faz-se então necessário criar um novo vocábulo para designar mais respeitosamente a representação dos jovens aposentados – surge a *terceira idade*. Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A velhice muda de natureza: “integração” e “autogestão” constituem as palavras-chaves desta nova definição. Assim, criação de uma gama de equipamentos e de serviços declara a sociabilidade como o objetivo principal de representação social da velhice de hoje. (PEIXOTO, C., 2006, pg. 76)

A ideia de Terceira Idade, portanto, parece associar a velhice a uma fase de inovações e mudança de vida, que vão além do término do vínculo empregatício. O velho, ao abandonar o mundo do trabalho, descobriria as possibilidades de uma nova vida, seja no âmbito profissional, seja no âmbito pessoal.

É preciso lembrar que os *jovens aposentados* costumam ser vinculados à Geração *Baby Boomers*. São pessoas que chegam aos 60, 65 anos e não se vêem velhas. Ao contrário, dispõem de tempo e dinheiro, fruto de suas aposentadorias, para aproveitar a nova fase da vida como aposentados, bem como para fazer novos investimentos pessoais e/ ou profissionais.

De modo geral, tem-se que as novas concepções de velhice surgiram quando a chamada geração *Baby Boomers* começou a envelhecer. A antropóloga Guita Debert, que tem inúmeros trabalhos voltados para a área do envelhecimento, citando alguns autores, indica como essa geração vem mudando os rumos da velhice no mundo:

Para Featherstone (1994), a “estetização da vida”, própria da cultura pós-moderna, tem uma marca geracional precisa: a geração de 45, os *baby boomers*, hoje na meia-idade. A visão do declínio da vida pública e da tirania da intimidade – que produz uma cultura em que impera o narcisismo, como querem Lasch (1991) e Sennett (1988); ou pelo contrário, da alta modernidade, envolvendo um projeto reflexivo do eu em sintonia com uma sociedade mais democrática, como sugere Giddens (1992) – é, para Featherstone, uma expressão típica dos *baby boomers*. Estes foram ativos na recriação de valores e estilos ao longo das etapas por que passaram e hoje não estão apenas empenhados na redefinição dos estágios mais avançados da vida, mas também ocupam posições-chave na produção, divulgação e consumo de bens identificados com a pós-modernidade. A marca característica desses bens – que leva autores como Giddens a enfatizar seu caráter libertário e afinado com uma sociedade mais justa – é a promessa de que é possível escapar de todo tipo de determinismos e, portanto, dos constrangimentos e dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseado nas idades. (DEBERT, 2007: 6)

Nascidos entre 1945 e 1964, os *Baby Boomers* cresceram em um mundo relativamente mais estável política e economicamente. Isso favoreceu diferentes práticas ao longo da vida bem como o entendimento diante de problemas colocados por cada uma das fases da vida, em particular adolescência, vida adulta e velhice. Para alguns autores essa geração é responsável pelo culto à juventude, ao novo.

Assim, exercícios físicos, pacotes de viagens, locais de lazer, modalidades de crédito, etc., tem sido pensados e ofertados, para atender a uma população específica, qual seja, os velhos, especialmente aposentados, que teriam, a princípio, tempo e dinheiro.

É claro que essa nova percepção da velhice encontra problemas. Um deles, talvez o mais importante, está na relação renda/ velhice. Ao mesmo tempo em que o velho passa a ter mais tempo para o cuidado de si, para a realização de desejos e para a descobertas de novos caminhos, ele também precisa encontrar meios para que isso se efetive.

Recorro novamente à Guita Debert que analisa a questão detalhadamente em alguns artigos, e cita o surgimento da Terceira Idade como essa nova forma de envelhecer, bem como a necessária fonte de renda para manutenção desta nova velhice:

A terceira idade, mostra Guillemard (1986), exprime metaforicamente essa nova situação; não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar. Com o prolongamento da esperança de vida, a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, um tempo de lazer em que se elaboram novos valores coletivos. Por isso, para autores como Dumazedier (1974), a aposentadoria permitiria vislumbrar o que seria civilização e lazer. Para Laslett (1987) a invenção da terceira idade indicaria uma experiência inusitada de envelhecimento cuja compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com esse autor, essa invenção requer a existência de uma “comunidade de aposentados” com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa da vida é propícia à realização e satisfação pessoal. (DEBERT, 2007: 1 e 2)

Desta maneira, como se pode perceber, vivenciar essa velhice, chamada agora de Terceira Idade, parece depender de outros fatores, além do subjetivo. A pessoa que envelhece, além de se ver de forma diversa da velhice tradicional (associada, muitas vezes à calma, tranquilidade, introspecção, invalidez) precisa dispor de “independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas” da Terceira Idade.

A busca por um corpo perfeito, por exemplo, passa por tratamentos médicos - cosméticos, por academias, etc., o que demanda investimento financeiro. Em geral, podemos afirmar, são tratamentos caros. Viagens, ainda que parceladas, podem comprometer uma boa parte da renda do aposentado.

Assim, o que eu me perguntava era se, embora se afirme que a ideia de Terceira Idade seja uma categoria abrangente, que abarca todos os velhos, ela não estaria restrita a uma faixa economicamente mais privilegiada?

Me questionava se os aposentados da Maringá Previdência também poderiam ser tratados como *Baby Boomers* mesmo tendo nascido em diferentes períodos, ou seja, se compartilhavam com essa geração, por estarem vivendo na mesma época, a mesma experiência frente ao envelhecimento. Cabe aqui lembrar o que Mannheim pensa a esse respeito:

De entrada, una generación está situada de un modo afín cuando participa paralelamente en un mismo período del acontecer colectivo. Pero eso proporciona una determinación puramente mecánica y externa del fenómeno de la posición. Si antes nos hemos referido a la estructura del recuerdo, tenemos ahora que atender al



fenómeno de la *estratificación de la vivencia*. Lo que constituye la posición común en el ámbito social no es el hecho de que el nacimiento tenga lugar cronológicamente al mismo tiempo – el hecho de ser joven, adulto o viejo en el mismo período que otros –, sino que lo que la constituye primariamente es la posibilidad, que en ese período se adquiere, de participar en los mismos sucesos, en los mismos contenidos vitales; más aún, la posibilidad de hacerlo a partir de la misma modalidad de estratificación de la conciencia. (MANNHEIN, 1993:216. Grifado no original)

Desta maneira, mesmo que os aposentados da Maringá Previdência não façam parte de uma mesma geração de nascimento, eles podem compartilhar algumas concepções sobre o envelhecimento por partilharem a vivência, em condições socioeconômicas bastante semelhantes, do mesmo momento histórico. Assim, a partir do momento em que a visão de velhice predominante, em boa medida difundida pela geração *Baby Boomer*, passa a ter grande visibilidade, mesmo os aposentados que não fazem parte dessa geração, podem dela se beneficiar, se apropriar ou dela fazer uso.

Portanto, havendo de início a hipótese de vínculo da categoria Terceira Idade (e dos conceitos que ela engloba) à renda mais elevada, e, assim, restando aos demais velhos outras nomenclaturas (como idoso, velho, melhor idade, etc) era mister comprovar ou refutar tal consideração. Para isso, algumas questões no questionário buscavam esclarecer como essa relação entre os aposentados da Maringá Previdência, suas rendas e a ideia de Terceira Idade se dava. E mesmo se ela se dava. O que é algo importante a ser ressaltado.

Minha hipótese era, portanto, a de que a noção de Terceira Idade não se configuraria como constituinte de uma identidade dos aposentados da Maringá Previdência, isso porque analisando os dados referentes ao cadastro funcional desses aposentados, foi possível perceber que a renda média deles era de aproximadamente dois salários mínimos.

Outra questão, ainda referente à identidade dos aposentados, buscava identificar por meio de qual nomenclatura eles acreditavam que as pessoas de mais idade estariam melhor representadas, se velho, idoso, coroa, Terceira Idade, etc. Assim poderia se perceber, por exemplo, se em se tratando de um identidade estabelecida, ela se dava a partir de nomenclaturas mais populares, digamos.

Ao contrário do termo *velho*, os termos Terceira Idade e Melhor Idade, por exemplo, tem ampla divulgação pela mídia e programas que pretendem a inclusão das pessoas de mais idade. Seria possível que os aposentados se vissem como Terceira Idade, no sentido deste termo representar a fase da vida em que estão?

Pensando em todas essas variáveis, o questionário buscava cruzar questões de renda, dependência, escolaridade, qualidade de vida e identidade a fim de verificar se o velho

aposentado assalariado da Maringá Previdência compreendia as nuances por trás da categoria Terceira Idade; se haveria, de fato, a formação de uma identidade; se, apesar das ressalvas apresentadas, a Terceira Idade era percebida por estes velhos como sendo uma categoria que os incluía e os representava.

Finalizado o processo de confecção do questionário, passamos ao teste de aplicação para a verificação de sua compreensão. O teste foi realizado em diferentes locais, com aposentados não vinculados à Maringá Previdência, em dias diferentes. O tempo de aplicação também variou bastante.

No conjunto, posso afirmar que o questionário não apresentou grandes problemas, nem de compreensão, nem de aceitação em sua fase de teste. Alguns termos utilizados, como “nível educacional” e “democracia” foram os que apresentaram maiores dificuldades na compreensão dos idosos, sendo necessário explicar seus significados em algumas entrevistas.

Nos testes os idosos entrevistados não demonstraram ressalvas com relação aos termos Terceira Idade, velho, idoso. Contudo, a maioria se disse ofendida com o termo “coroa”. Com relação à renda, todos recebiam até cinco salários mínimos.

Verificada a eficácia preliminar do questionário, foi agendada a aplicação na Maringá Previdência, para o mês de dezembro, uma vez que neste período, tradicionalmente, era verificado o maior fluxo de aposentados. Durante esse mês, os aposentados comparecem ao menos três vezes para retirar seu holerite: início do mês para retirar o holerite referente ao mês de novembro; meio do mês para a retirada do holerite do décimo terceiro salário, pago entre o dia dez e quinze de dezembro; e para a retirada do holerite referente ao mês de dezembro, tradicionalmente pago antes do natal.

## **2.1 A aplicação dos questionários e a mudança de método**

Na maioria dos textos sobre envelhecimento, a conversa com velhos parece ser uma coisa bastante tranquila e delas é possível extrair bastante informação.

A ida para campo, baseada nessas leituras anteriores, indicava que essa fase seria fácil e agradável. Eu conversaria com pessoas que gostariam de me contar as coisas que marcavam suas vidas, as impressões que tinham sobre determinado fato ou mesmo sobre seus sentimentos.

Com o fechamento dos trabalhos para elaboração do questionário que seria aplicado no fim do ano de 2014, havia a possibilidade de se levantar muitos dados importantes, sobre diversos aspectos da vida dos aposentados da Maringá Previdência, como já mencionei anteriormente, e que colocariam minha pesquisa em diálogo com outras já desenvolvidas na própria cidade de Maringá e em outras localidades, considerando que o questionário incluía questões já validadas em pesquisas feitas sobre os temas da participação política e dos valores democráticos<sup>28</sup>.

Do conjunto de um mil, oitocentos e cinquenta e oito aposentados (com benefícios concedidos a partir da década de 1980 até o ano de 2014), foi retirada a amostra<sup>29</sup> de 316 indivíduos, sendo 175 do sexo feminino e 141 do sexo masculino, a serem entrevistados. Os aposentados foram ainda divididos por ano de aposentadoria.

A primeira dificuldade que se apresentou durante a aplicação do questionário, composto por 139 questões, (sendo 126 questões fechadas e 13 abertas), foi a recusa de muitos aposentados em participar da pesquisa. A maioria alegava não ter tempo para responder ao questionário, ainda que alguns tenham passado cerca de uma hora conversando sobre outros assuntos. Outros disseram ainda não ter interesse em participar.

Quando houve aceitação por parte dos aposentados em participar da pesquisa, eles demonstraram imensa dificuldade em se ater às questões fechadas, sendo gerado mesmo, certo desconforto. Com relação às perguntas abertas, nem sempre se ativeram ao tema e preferiram discorrer sobre outros assuntos de seus interesses: vida familiar, problemas decorrentes da velhice ou agravados por ela, crítica a políticos locais, etc. Importante ressaltar que uma pergunta aberta poderia levar o aposentado a discorrer sobre o tema durante muito tempo, fazendo com que ele se desinteressasse sobre as demais questões ou não visse no restante do questionário, alguma relevância.

Uma terceira dificuldade foi preencher o requisito inicial de 175 questionários a serem respondidos por mulheres. Isso porque a maioria dos freqüentadores da Maringá Previdência é do sexo masculino e, no entanto, a maioria dos beneficiários da Autarquia é do sexo feminino – 1031 mulheres e 827 homens.

---

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, o livro *Cultura política, gênero e democracia: estudos sobre Maringá e eleições*. Almeida, C.C.R.; e Dourado, S.P.C (orgs). 2015.

<sup>29</sup> A amostra foi obtida através do uso do programa IBM SPSS Software, com o auxílio do Mestre em Ciências Sociais, Eder Rodrigo Gimenes.

Não possuo um número exato, mas é possível afirmar que poucas vezes as mulheres comparecem ao prédio da Maringá Previdência, seja para retirar seus holerites (muitas solicitam que vizinhos, amigos ou parentes o façam), ou para qualquer outra situação, com exceção do comparecimento anual obrigatório para a Declaração de Vida<sup>30</sup>.

Atrelados a essas dificuldades, o pagamento do décimo terceiro salário, bem como o do pagamento de dezembro foram adiados: o décimo terceiro em poucos dias e o pagamento do mês de dezembro saiu apenas no último dia útil do mês, diminuindo o tradicional fluxo de aposentados na Autarquia.

Outra dificuldade a ser apontada, foi o fato de eu não ter sido liberada, pela administração da Maringá Previdência, a aplicar os questionários. Como a aplicação ocorreu em horário normal de serviço e no ambiente profissional, a administração sugeriu que, o fato de eu estar aplicando questionários, mas não oferecendo atendimento aos servidores que ali chegassem para solicitar informações sobre suas aposentadorias, poderia gerar situações embaraçosas<sup>31</sup>. Diante de todos esses fatos, foi preciso repensar a forma de trabalho e atuação junto aos aposentados da Maringá Previdência.

Mudar a dinâmica da pesquisa não foi uma decisão fácil. Foram meses de trabalho nos quais pensamos sobre diversos problemas que poderiam surgir, mas não chegamos a acreditar que um conjunto deles pudesse inviabilizar a proposta inicial. Eu, pelo menos, não acreditei nisso.

Por mais que saibamos dos percalços de uma pesquisa de campo, tendemos sempre a pensar que nada impedirá o seu andamento. Eu estava preparada, por exemplo, para ouvir sobre coisas que não foram contempladas no questionário, para ter o rumo da pesquisa alterado, mas não da maneira como foi.

Ao perceber, enfim, que aquele método não era eficaz, que não era aceito pelos aposentados e que não seria possível dar sequência àquele trabalho, foi necessário pensar em novas estratégias, buscar saber onde estava o erro.

---

<sup>30</sup> A Declaração de Vida é obrigatória a todos os beneficiários, aposentados ou pensionistas, que devem comparecer pessoalmente ou solicitar a visita de assistente social, quando incapacitados. Na Maringá Previdência ela é feita no mês do aniversário do beneficiário. O não comparecimento para a Declaração de Vida acarreta suspensão do benefício até que a situação seja regularizada, ou seja, que a Declaração seja assinada.

<sup>31</sup> Os questionários foram aplicados pelas alunas curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, Daiany Cris Silva e Jaqueline Ilária de Lima, sob a coordenação da Professora Doutora Simone Pereira da Costa Dourado.

Costumo dizer que artigos e trabalhos acadêmicos em geral, são como nossos filhos. Apegamo-nos a eles, sorrimos para suas folhas virtuais ou impressas, admiramos seu conjunto. E talvez esse apego seja o que torna tão difícil abandoná-lo. Ainda que saibamos que é chegada a hora e que não há outra coisa a fazer.

Depois do processo de “luto”, pelo qual passei, pude sentar e repensar minha pesquisa. Não era fácil recomeçar, repensar atividades, hipóteses, acesso aos velhos que motivaram minha pesquisa. E ainda assim, inúmeras questões pareciam surgir demandando respostas que eu não tinha.

Howard Becker (2007) expõe as dificuldades da pesquisa:

Como um mundo de possibilidades ilimitadas nos confunde e ameaça nos esmagar com uma massa de fatos e ideias com que não podemos lidar, ficamos felizes quando podemos nos convencer de que já sabemos o suficiente para excluir algumas das possibilidades para as quais o truque da descrição exaustiva poderia nos alertar. As razões para isso são várias, mas envolvem invariavelmente pesquisadores que aceitam as ideias de outras pessoas sobre o que é importante, o que é interessante, o que merece ser estudado. Mas outras pessoas têm razões para fazer esses julgamentos que não são as nossas. (BECKER, 2007: 121)

Foi, portanto, preciso sentar, observar e analisar as possibilidades que estavam à minha frente, tal qual Becker sugere que seja feito. Observar e analisar o cotidiano dos aposentados da Maringá Previdência para perceber o que havia a ser feito. Quando passei a observar aqueles aposentados e, também, a rotina de meu trabalho, percebi coisas que não estavam claras até aquele momento.

Em anos de atendimento aos servidores do Município de Maringá tenho ouvido muitas justificativas para o pedido de aposentadoria – quando este não se dá pela compulsória, que obriga o servidor que ao completar setenta anos, independente de gênero, se aposente.

Embora não seja tema desta dissertação, vejo ser importante apontar que as diferenças de gênero, na hora da aposentadoria, se mostraram bastante importantes. Em diversas ocasiões, no momento do pedido da aposentadoria, foi possível verificar que as motivações para mudança de *status* – de ativo para inativo –, diferiam enormemente entre homens e mulheres.

Muitas mulheres, por exemplo, se aposentam para cuidar de algum parente ou ente querido adoecido, ou para cuidar de si, diante de uma adversidade. A maioria absoluta afirma que não faria o pedido do benefício caso esse incidente não tivesse ocorrido.

Contudo, não recorro ter ouvido essa justificativa de algum servidor homem. Costumam, ao contrário, relatar novos projetos, oportunidades de trabalho fora da prefeitura,

o início de uma vida mais voltada para suas próprias satisfações, sejam elas cuidar de uma horta, montar um ateliê, viajar com a família ou aproveitar a vida que existe fora do ambiente de trabalho.

Ainda que muitas mulheres também relatem esse interesse mais subjetivo, parece recair sobre elas a obrigação de cuidar da família, de zelar pelo bem estar de seus familiares e de voltar sua vida, antes dedicada ao lar e ao trabalho, apenas ao lar.

É preciso dizer que, ainda que não tenha ouvido de algum servidor em processo de aposentadoria que fazia o pedido do benefício para cuidar de algum familiar ou ente querido, ouvi esta justificativa de um servidor já aposentado. Segundo ele, após se aposentar, ele viveu com a mãe, que necessitava de cuidados, até o falecimento desta. Como não havia constituído família nuclear (esposa e filhos) passou a cuidar de um casal de idosos, conhecidos seus. Gostaria de registrar que, à época deste relato, o aposentado em questão tinha 74 anos e ainda cuidava do casal de idosos, palavras que ele mesmo usou.

Percebi, por exemplo, na fala deste senhor, que, mesmo estando com 74 anos, idade em que é comum afirmar que a pessoa está velha, ou idosa, ele não se colocou na mesma posição do *casal de idosos* de quem cuidava. Ele não disse que cuidava de *outros* idosos, nem de *idosos como ele*. Disse que cuidava de um *casal de idosos*. Essa percepção de si e dos outros – como velho – também foi abordada por Simone de Beauvoir:

Buda reconheceu num velho seu próprio destino porque, nascido para salvar os homens, quis assumir a totalidade de sua condição. Nisso diferia deles: os homens eludem os aspectos de sua natureza que lhes desagradam. E, estranhamente, a velhice. A América riscou de seu vocabulário a palavra *morto*: fala-se de *caro ausente*; do mesmo modo ela evita qualquer referência à idade avançada. Na França de hoje, este é também um assunto proibido. Quando, no fim de *Sob o signo da História (La Force des choses)*, enfrentei esse tabu, quanta celeuma provoquei! Admitir que eu estava no limiar da velhice era dizer que esta espreitava todas as mulheres e que já se apoderara de muitas delas. Com gentileza ou com raiva, um grande número de pessoas, sobretudo pessoas idosas, repetiram-me insistentemente que “velhice, isso não existe!” Há apenas pessoas menos jovens do que outras, e nada mais. Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar. (BEAUVOIR, 1990: 07-08)

Desta forma, pensei em direcionar a pesquisa para o entendimento da negação da velhice. Seria isso o que o aposentado estava fazendo? Negando sua velhice? Reconhecendo a velhice apenas no outro e não nele?

Outra questão que surgira dos atendimentos era se haveria a relação entre a troca do emprego pela aposentadoria e a qualidade de vida dessas pessoas (no caso em que precisaram se aposentar para cuidar de alguém)? Como essa escolha poderia influenciar a maneira como

esses aposentados se veem? É possível afirmar que esse tipo de escolha é feita por pessoas com uma renda mais baixa? Em que medida a ideia de Terceira Idade se encaixa na vida dessas pessoas? E como se dá a relação com a aposentadoria uma vez que a escolha é intermediada por uma necessidade, como cuidar de alguém? E a relação com a família, como fica?

São muitas questões e eu tentarei articular uma resposta para todas elas. Entretanto, essas questões parecem indicar uma relação desigual entre homens e mulheres durante um momento muito marcante em suas vidas: a mudança de *status* – de trabalhadores para aposentados –; de renda – muitas vezes é necessário antecipar a aposentadoria não sendo possível alcançar a integralidade dos proventos –; a relação com a família – uma vez que nestes casos nem sempre é possível um planejamento prévio –, e, claro, a relação consigo mesmo.

Durante esta nova fase dos trabalhos foram entrevistados alguns aposentados escolhidos por sua maior disponibilidade; aposentados mais acessíveis, que se mostraram mais abertos ao diálogo e dispostos a conversar sobre suas decisões e as consequências delas, sobre sua percepção do que é envelhecimento e de como suas decisões podem refletir sobre essa fase da vida.

Foram conversas mais aprofundadas, abertas, totalizando onze entrevistas – três formais, com gravação e oito informais, sem gravação – em que busco entender como o processo de aposentadoria pode influenciar na visão que essas pessoas tem da velhice.

Os aposentados terão suas identidades preservadas, conforme solicitado por muitos deles e, assim, usarei nomes fictícios para me referir a eles.

Diante desse novo corpus documental da pesquisa, ordenei a análise a partir de duas temáticas centrais: identidade e concepção de velhice. Elas foram retiradas do confronto do que ouvi dos velhos e do que conheço da bibliografia sobre envelhecimento. No próximo capítulo abordo essas duas temáticas por meio da análise das falas dos entrevistados.

### 3 – VELHOS SÃO OS OUTROS?

Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias. (...) Para conciliar esta barbárie com a moral humanista que professa, a classe dominante adota a posição cômoda de não considerar os velhos como homens. Se lhe ouvíssemos a voz, seríamos obrigados a reconhecer que é uma voz humana; eu forcerei meus leitores a ouvir essa voz. (Simone de Beauvoir *in* *A Velhice*, 1990)

Simone de Beauvoir no livro *A Velhice* mostra que muitas vezes só nos vemos velhos quando o outro aponta para isso. Não nos reconhecemos velhos, somos reconhecidos como velhos.

Durante as entrevistas foi possível perceber, entre os aposentados, que alguns realmente não se viam como velhos. É preciso lembrar que, de acordo com o Estatuto do Idoso<sup>32</sup>, são velhas as pessoas com idade superior a 60 anos e que, alguns entrevistados estão abaixo deste corte etário.

A idade cronológica seria suficiente para se definir velho? Ou teria a palavra “velho” marcado no subconsciente das pessoas uma carga tão negativa que levaria as pessoas de mais idade a não se declararem velhas?

Outra questão que pode auxiliar a entender a negação da velhice é a questão financeira. Como mostrei, a utilização do termo Terceira Idade está atrelada, especialmente no Brasil, à ideia de acesso a bens que só um bom rendimento pode viabilizar. No caso dos aposentados da Maringá Previdência, o rendimento médio é muito baixo, cerca de dois salários mínimos, ou aproximadamente R\$ 1500,00. Assim, pensa-se na nova velhice que terá mais tempo para empreender, viajar, fazer cirurgias de rejuvenescimento<sup>33</sup>, etc., e se esquece que a maioria dos velhos não possuem condições financeiras para isso.

---

<sup>32</sup> Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)> Acesso em 11/02/2013.

<sup>33</sup> O termo *ageless* (sem idade) parece indicar esse caminho.



Minha experiência de pesquisa e minha vivência na Maringá Previdência me levaram a refletir sobre alguns termos que vem sendo utilizados para classificar as pessoas de mais idade e como eles são utilizados pelos aposentados da Maringá Previdência.

### **3.1 Velho, Idoso, Terceira Idade: quem é quem no jogo da identidade ou na resignificação do envelhecimento**

A velhice é uma construção social e assim não é uma concepção absoluta, na medida em que o significado real das mudanças decorrentes do processo de envelhecimento é singular, como o modo de pensar, de agir e de questionar, passando pela interpretação de cada indivíduo e como isso irá afetar sua vida.

Temos, portanto, que no decorrer do século XX, os saberes populares, a demografia, as ciências sociais e a gerontologia passaram a direcionar o olhar para os aspectos psicossociais da velhice. Hábitos, práticas e necessidades sociais e psicológicas dos velhos passaram a ser alvo de um saber especializado, como já vimos, com o surgimento da gerontologia e da geriatria, mas também, ainda que paulatinamente, com o interesse de outras áreas do conhecimento. E isso tem se refletido na forma em que vemos a velhice, em que os próprios velhos se vêem e vivem essa nova fase.

Nas décadas de 1960 e 1970 a velhice passa a ser um problema coletivo e adquire visibilidade social. Não apenas pelo aumento na população idosa, mas também porque “aos poucos, a velhice ultrapassa os limites das vidas particulares de cada um e de cada família, para, com outras tantas questões, atrair a atenção de nossa sociedade” (BARROS, 2006, pg. 9).

A antropóloga Myriam Moraes Lins de Barros (2006), lembra das mudanças pelas quais o envelhecimento começa a passar.

Construímos novos termos para identificar essas pessoas, visualizadas pelo olhar acurado de nossa sociedade de consumo como um mercado consumidor cada dia mais significativo. De diferentes perspectivas, debate-se a urgência de políticas públicas sociais voltadas para esse segmento da população em um país que sempre se percebeu como jovem. Ao mesmo tempo, diante da realidade das mudanças ocorridas em nosso padrão de crescimento populacional - maior expectativa de vida, conjugada a um efetivo declínio das taxas de natalidade -, realizam-se cálculos e projeções econômicas e sociais. (BARROS, 2006: 9 e 10)

Diante destas mudanças na percepção da velhice, ao longo do século passado, um novo termo surge para designar quem é velho, o idoso.

Concomitante à alteração de documentos oficiais no Brasil, que passam a usar o termo idoso em detrimento do termo, velho, o surgimento da categoria Terceira Idade por volta da década de 1970, tem sido considerado por alguns autores como uma das maiores transformações por que passou a história da velhice, e traz o reconhecimento e investimento dos agentes políticos, comerciais e financeiros que estão ajudando a delinear o novo conceito de velhice.

Em sua dissertação para obtenção do título de Mestre na PUC-SP, Rosilene Alves de Souza Lima, através de diversas entrevistas busca “emprender um estudo comparativo sobre visões de processo de envelhecimento” (LIMA, 2004). Ela também nos fala sobre o momento em que o termo Terceira Idade surge e das mudanças que se seguem.

A expressão terceira idade surgiu na França com a finalidade de classificar uma população que se aposentava precocemente, de 45 a 65 anos. No Brasil, o termo se constituiu de um novo significado. Trouxe a possibilidade de quebrar o estigma que a palavra “velho” ou até mesmo “idoso”, coloca em nossa cultura, sobre os ombros destes indivíduos. A partir do surgimento dos grupos de terceira idade, esses indivíduos começam a sair de casa e dão continuidade às suas atividades de lazer, como também a outras atividades, que os incluem nos vários e diferentes grupos sociais. No Brasil, não existe uma idade limite para ser chamado de membro da terceira idade. Ancora-se esta noção sobre todos aqueles que de uma maneira ou de outra pretendem fugir do preconceito social e incluir-se na sociedade. Isso nos leva, de uma maneira geral, a ter nos anos 90 um aumento da população idosa, produzido, entre outros motivos, pelos avanços da ciência, fazendo com que os idosos passem a reivindicar melhores condições de vida no âmbito social, e construam essa qualidade de vida ampliando-a também na sua vida privada. (LIMA, 2004:10 e 11)

O termo que, como vimos é recente, tem a finalidade de designar os novos velhos, que não mais se resignam a uma velhice reclusa, dependente.

Para a antropóloga Miriam Goldenberg, esses novos velhos podem ser chamados de *Ageless* (do inglês: sem idade) isso porquê:

Fazem parte de uma geração que não aceitará o imperativo “Seja um velho!” ou qualquer outro rótulo. São de uma geração que transformou comportamentos e valores de homens e mulheres, que tornou a sexualidade mais livre e prazerosa, que inventou diferentes arranjos amorosos e conjugais, que legitimou novas formas de família e que ampliou as possibilidades de ser mãe, pai, avô e avó. (GOLDENBERG, 2013: 11 e 12)

Desta maneira, ainda que essas pessoas alcancem a idade em que, ao menos institucionalmente, são consideradas velhas, suas práticas e vivências expressam outros

significados para esta fase da vida. A concepção de velhice para essas pessoas difere, então, enormemente da concepção de velhice das gerações anteriores, geralmente associada, como se vê, à quietude, isolamento e inatividade.

Com os estudos sobre velhice e envelhecimento surgindo e ganhando força, também no Brasil, o termo “velho” vai aos poucos deixando de ser utilizado em documentos oficiais, devido à sua carga pejorativa, e é substituído por “idoso”.

As mudanças nos documentos legais, a partir da década de 1990 e o aumento da população idosa brasileira – fato que se percebe especialmente a partir da década de 1970 de acordo com levantamentos demográficos – e as reivindicações que esses agentes passaram a fazer, vieram no bojo de um debate público sobre a velhice que culmina na aprovação do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, em outubro de 2003.

Ainda assim é marcante a concepção de inutilidade legada a essas pessoas. Mesmo com a ampliação das redes de aposentadorias e pensões, a partir da década de 60<sup>34</sup>, é precária a atenção à saúde, às condições gerais de vida e, praticamente certo, o isolamento a que são destinados às pessoas de mais idade.

Para o sociólogo Norbert Elias o isolamento dos velhos também é uma maneira que a sociedade encontrou de não precisar lidar com o envelhecimento, a doença e a morte.

Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e, no fundo, não o queremos. Dito de outra maneira, a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias. Consciente ou inconscientemente, elas resistem à ideia de seu próprio envelhecimento e morte tanto quanto possível. (ELIAS, 2001: 80).

Desta forma, a velhice é vista como a perda da autonomia. E, sempre que possível, ela será “postergada” na esperança de se manter longe dos estigmas que ela carrega, quais sejam: a perda do controle corporal e/ou cognitivo, a exclusão social, a perda do sentido da vida, a proximidade da morte. Na velhice ocorre uma transformação radical na forma como a pessoa se relaciona consigo e com os outros; ocorre uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade.

---

<sup>34</sup> Em 1960 a Lei Orgânica da Previdência Social, uniformizou as legislações dos diversos institutos de previdência social, aposentadorias e pensões, e abriu caminho para que em 1966 se desse a criação do Instituto Nacional de Previdência Social, o INPS.

É preciso, então, diz Elias, dar ao idoso o direito de saber que o que ocorre com o seu corpo não é apenas um desdobramento fisiológico, mas também repercussão de questões do campo simbólico e das relações entre os sujeitos sociais.

Mas, penso que, ainda que o velho se torne conhecedor dessas questões que perpassam o envelhecimento, é preciso avaliar como ele lida com as nomenclaturas que existem para referir-se esta fase da vida.

Sabe-se que os diversos campos de saber empreendem disputas intelectuais para definir ou redefinir os termos utilizados para nomear as pessoas de mais idade. É assim, por exemplo, que vimos ao longo do tempo a palavra “velho” cair em desuso sendo substituída, mais recentemente, pelo termo Terceira Idade ou idosos.

Em parte porque a palavra “velho” pode ser utilizada não apenas para se referir às pessoas de mais idade, mas também para se referir às coisas. Desta forma, o sentido pejorativo, transposto das coisas velhas, portanto, inúteis, inservíveis e que podem ser descartadas, faria com que também a velhice fosse vista desta maneira. Também o ser que envelhece poderia ser visto como inservível e descartável.

Adoto, nessa pesquisa, a palavra velho para me referir ao grupo que estudei, apesar de saber da existência dessa associação pejorativa entre o indivíduo que envelhece e as coisas que ficam velhas. Insisto no uso da categoria velho e não idoso, terceira idade ou mesmo *ageless*, primeiro, por lembrar que, como diz Simone de Beauvoir, o velho, se fosse tratado como Homem, não sofreria o descaso, o abandono e as misérias que lhes são impostas. Depois por acreditar que, também o sentido das palavras é construído socialmente, portanto, caberia a nós o resgate da palavra velho não como algo negativo, não como um objeto a ser esquecido e descartado, mas como um ser detentor de história, de voz, de lembranças e, sobretudo, de um saber fazer e um saber viver.

Alguns autores tem evidenciado que a palavra “velho” vai deixando de ser utilizada para se referir às pessoas de mais idade por ser associada a algo que não tem valor, que pode ser descartado. (Peixoto, 2006; Goldenberg, 2011; Debert, 2012). Essas mudanças na nomenclatura começam a surgir na década de 1970 quando termos como “idoso” e “terceira idade” começam a ganhar força e substituem a palavra “velho” em documentos de Estado e textos científicos.

A carga pejorativa de que vem sendo carregada na palavra velho serviu para diferenciar tipos de velhice e criar hierarquizações. Não são velhos os que podem usufruir das políticas voltadas para quem chega à última fase da vida ativo, empreendendo e dispondo de

dinheiro e tempo livre para consumir as ofertas de turismo, comércio e medicina estética, por exemplo. Esses indivíduos são da Terceira Idade que passou a ter aqui no Brasil um uso bastante distinto daquele que recebeu na França, quando nominava, sobretudo, os aposentados em uma ampla faixa etária de 45 a 60 e mais anos de idade que guardaram autonomia física e psíquica. Aqui o termo ganhou um apelo mercadológico que excluiu boa parte da população brasileira que chega à última fase da vida em condições financeiras bastante subalternizadas e não conseguem acessar as ofertas de uma vida como membro da “Terceira Idade”.

Telles et alii, aponta ainda que o termo Terceira Idade chega ao Brasil dentro de uma outra dimensão: resgatar os velhos do ostracismo e da invisibilidade social. Ele mostra como a aproximação com o movimento que ocorreu na França, a partir dos anos 1970, fez profissionais que lidam com o envelhecimento mudarem suas concepções sobre a velhice, passando, por exemplo, a receitarem exercícios físicos para os idosos, não apenas como caminho para a reabilitação de pessoas debilitadas, mas “como meio preventivo para de complicações futuras” (TELLES et alii, 2014). Já Eliane Brum, no belíssimo texto “Me chamem de velha” escreve:

Na semana passada, sugeri a uma pessoa próxima que trocasse a palavra “idosas” por “velhas” em um texto. E fui informada de que era impossível, porque as pessoas sobre as quais ela escrevia se recusavam a ser chamadas de “velhas”: só aceitavam ser “idosas”. Pensei: “roubaram a velhice”. As palavras escolhidas – e mais ainda as que escapam – dizem muito, como Freud já nos alertou há mais de um século. Se testemunhamos uma epidemia de cirurgias plásticas na tentativa da juventude para sempre (até a morte), é óbvio esperar que a língua seja atingida pela mesma ânsia. Acho que “idoso” é uma palavra “fotoshopada” – ou talvez um lifting completo na palavra “velho”. E saio aqui em defesa do “velho” – a palavra e o ser/estar de um tempo que, se tivermos sorte, chegará para todos. (BRUM, Revista Época, 2012)<sup>35</sup>

Também a Antropóloga Ingrid Ferreira Fonseca (2015), em sua Tese de Defesa do Doutorado, afirma que a escolha do termo “velho” tem relação direta com o ato de envelhecer, com a velhice e, com isso, busca representar “aquele que projeta valores, sentidos e significados para sua vida.” (Fonseca, 2015:15)

Assim, nessa dissertação, assumo o uso da palavra “velho” para tratar dos aposentados da Maringá Previdência não só por acreditar que a mudança de nomenclatura soa como uma agressão aos velhos que não se vêem como “Terceira Idade”, mas também por acreditar que o termo implica em posicionamento político frente às imposições capitalistas no que tange à

<sup>35</sup> Brum, 2012. Artigo publicado na Revista Época, em 20/02/2012, disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/02/me-chamem-de-velha.html>> Acesso em 02/08/2015

velhice – ou no combate a ela, como parece acontecer, quando são analisadas as inúmeras fórmulas de rejuvenescimento prometidas. Dessa forma, não uso Terceira Idade em razão do apelo mercadológico que o termo ganhou no Brasil e não uso idoso porque compartilho da interpretação de Brum (2012) de que é um termo que rouba a velhice, suas experiências e distinções.

Destaco que, em minha pesquisa, o uso dos termos velho, idoso ou terceira idade, bem como outras nomenclaturas, não se tornou uma questão significativa, uma vez que nenhum dos entrevistados as situou como característica constitutiva de identidade ou pertencimento a um grupo.

Assim, não se tratou de escolher a denominação nativa para sua condição, muito embora eu tenha tentado aferir isso nas entrevistas. O fato é que para o grupo que investiguei essas nomenclaturas foram objetos de reflexão, mas não houve o processo de adesão coletivo a uma delas e sim aproximações e distanciamentos de acordo com a condição que cada entrevistado tem na sociedade.

Participar da rotina da Maringá Previdência como aposentado, ser aposentado, ou estar numa categoria legalmente definida não faz com que os entrevistados se identifiquem com qualquer das categorias sugeridas ou outra qualquer. Em suas falas, eles se vêem individualmente e não como membros de um grupo específico de grupo que tenha uma identidade definida, seja ela assumida ou imposta.

### **3.2 Por que falar de identidade?**

A noção de identidade é uma das mais caras à Antropologia. Para o antropólogo Guillermo Raul Ruben, a questão da identidade constitui a marca de nossos tempos. Diversos autores debruçam-se sobre o tema e discutem-no na tentativa de compreender o que tanto fascínio nos causa.

A identidade, talvez por sua riqueza, suas múltiplas facetas, se tornou um assunto recorrente nas Ciências Sociais e na Antropologia, especialmente, mas também em outras áreas de pesquisa. E como não podia deixar de ser, por se tratar de um tema tão instigante, não há consenso sobre ele.

No Brasil, os estudos sobre identidade se fortalecem com os trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira<sup>36</sup>. Foi ele quem sistematizou as ideias até então produzidas para que o conceito de identidade fosse melhor entendido e aplicado. Embora seus estudos inicialmente tratassem das “fricções inter-étnicas”, seu trabalho foi apropriado pelos demais pesquisadores e deu origem ao que chamamos hoje de Teoria da Identidade no Brasil, sendo, portanto, considerado como “o mais sério de seus fundamentos para produzir uma interpretação da sociedade nacional”. (Ruben, 1992)

Ao longo do tempo temos acompanhado diversas adaptações da Teoria da Identidade à realidade brasileira, e a apropriação dos termos desta teoria por parte dos indivíduos ou grupos que buscam reconhecimento social, de seus direitos, de sua idiossincrasia:

O estudo do caso brasileiro, isto é, o estudo da gênese e do desenvolvimento das versões contemporâneas da teoria no Brasil nos permitirá indicar, além da reconstrução do seu percurso teórico, a demonstração de como é produzida a passagem da teoria do campo acadêmico-institucional para o campo político-nacional sem perder seus atributos, viabilizando uma explicação idealista da sociedade nacional. (Ruben, 1992: 81)

Recentemente, o que tem chamado a atenção de diversos autores que se debruçam sobre esse tema na antropologia é o fato de estarem aparecendo diversos “grandes empreendimentos identitários” ao redor do mundo (Agier, 2001). Assim, grupos que outrora silenciavam, agora reivindicam sua identidade, seja de indígena, de quilombola, de descendente de italiano, de funkeiro, de punk, etc. Reivindicam, lutam por ela, constroem uma identidade, resgatam sua história, ou criam suas memórias, caso seja necessário, a fim de defender aquilo que se é.

Porém, nem todo o processo de identidade é pacífico. Algumas vezes há uma tentativa de se impor ao outro uma identidade. A esta imposição de identidade o sociólogo Zygmunt Bauman (2005: 19) chama atenção, quando diz que “as “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

Assim, a definição da identidade leva em conta, entre outros parâmetros como vimos acima, a relação com o interlocutor. Com o meu outro.

---

<sup>36</sup> Embora seja mister lembrarmos que, conforme aponta Ruben, outros autores no Brasil já se debatiam com a questão, muito tempo antes. Alguns deles são Capistrano de Abreu, Dante Moreira Leite, Roquette Pinto, Oliveira Viana, sendo a identidade nacional, ou a construção dela, uma preocupação constante. (Ruben, 1992)

A definição do Outro é de extrema importância para a constituição das identidades do sujeito ou de um grupo. Afinal é definindo o que não sou que eu sei quem sou. É o que se chama de identidade contrastiva. Ou como podemos observar nas palavras de Poutignat & Streiff-Fernart (1998: 143) “[...] um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não – membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referencia com essa exo-definição”.

Desta forma teríamos um cenário em que em contraste com os velhos estariam os jovens e nossa atual cultura de promoção da juventude por tanto tempo quanto for possível. Mas será possível falar de uma identidade contrastiva quando o critério idade está sendo elencado? E o que dizer das marcas corporais que cada vez mais deixam de ser sinais diacríticos entre as gerações para tornarem-se signos de exclusão dentro da própria geração? Como lidar com o já mencionado processo de reprivatização da velhice – processo no qual o envelhecimento é entendido como responsabilidade individual e no qual somente envelhece aquele que não se cuida, aquele que não recorre aos inúmeros recursos médicos, estéticos, etc. para a preservação da juventude – e o surgimento das noções da Terceira Idade?

Falar de identidade, nessa pesquisa, é importante pelo fato de que assim é possível perceber que, embora o antropólogo seja tentado a buscar por essa noção em diversos grupos e por, às vezes até acreditar que a encontrou, nem sempre é o que acontece, como de fato pude verificar durante a análise das entrevistas.

### **3.3 Envelhecer é normal, ficar velho é opcional?**

Um troço que eu tinha e que eu perdi era o medo de ficar velha. Sempre eu achava que ia perder minha alegria, vitalidade, energia, prazer de vida, que constituem minha maior força. Na realidade, perdi um pouco disso, de alegria, talvez, da energia que eu sempre esbanjei, mas ganhei muito mais coisas. Ou melhor, acho que o que aconteceu é que agora eu sei usar essas coisas. Eu estou muito mais bacana e realmente acho que aos 30 eu vou estar genial, e aos 120 vou saber tudo e querer dar e ter ainda o que aprender. Isso é sensacional. (Leila Diniz *In Coroas* de Mirian Goldenberg)



A fala de Leila Diniz trazida por Goldenberg (2009, sp) indica que os novos velhos não deveriam mais se ver como vítimas, como seres decadentes física e mentalmente. Ao contrário, deveriam pensar a sua velhice como uma fase positiva, em que há o estímulo para a adoção de novas práticas, tempo para a realização de antigos desejos e, porque não, dinheiro para desfrutar as benesses da vida moderna. Pelo menos é assim que a ideia de Terceira Idade tem sido trabalhada.

Como disse Leila Diniz, a velhice é o tempo em que se sabe mais, se pode dar e aprender mais. A velhice, assim, não precisaria ser uma fase triste e de medo.

No caso dos aposentados da Maringá Previdência, no entanto, nem sempre essa visão tem ficado clara, ou tem sido mencionada pelos entrevistados. É comum que eles vejam a aposentadoria como algo ruim ou como algo que não trará vantagem alguma. Um dos aposentados, ao ser questionado sobre o porquê de se aposentar responde:

ninguém me queria mais. O governo manda expulsar a pessoa que tem 70 anos. Eu podia trabalhar. Mas não podia mais. (Sr. Mauro, ensino fundamental, 72 anos)

Ou seja, ainda que a aposentadoria do Sr. Mauro, tenha se dado pela regra da compulsória – quando ao completar 70 anos, independente de gênero, o servidor é obrigado a aposentar<sup>37</sup> –, ele parece demonstrar que podia continuar trabalhando, portanto, mantendo seu vínculo como ativo. A associação da aposentadoria como algo negativo – ressaltada nesse caso, em que o servidor foi obrigado a se aposentar – não parece ser amenizada por uma noção que a velhice pode ser uma fase de descobertas e aprendizado.

Até porquê, no caso do Sr. Mauro, e de muitos trabalhadores na mesma situação, permanecer na ativa, ou seja, manter-se vinculado ao mercado de trabalho formal aqui representado pelo serviço público, traz vantagens salariais que não são nada desprezíveis, especialmente na velhice.

A fala de Leila Diniz enfatiza uma ideia corrente sobre velhice, que foi enunciada por alguém que não chegou a vivê-la e falava de um lugar muito específico: as camadas médias de uma grande cidade brasileira. Talvez para os que estão nesse grupo social a velhice pode

---

<sup>37</sup> Durante a pesquisa o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 88/15 que aumentou a idade da compulsória de 70 para 75 anos. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/01/congresso-derruba-veto-ao-projeto-que-eleva-a-75-anos-aposentadoria-compulsoria-no-servico-publico>> Acesso em 13/12/2015.

ser vislumbrada e pode chegar exatamente da forma como Leila intuía. Mas para quem chega a ela depois de uma vida inteira de trabalho ocupando os postos mais precários do mercado em uma cidade de médio porte, a velhice e a nova condição de aposentado é vivida com muito menos *glamour*.

É possível, então, pensar que não há apenas uma velhice, mas várias. A velhice pode, portanto, variar de acordo com o local em que se envelhece – especialmente quando levamos em conta o fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais e, que, por isso, possui diferenças muito acentuadas entre o sul e o norte, por exemplo –, a renda, a escolaridade, as experiências de vida de cada um e o acesso às informações de que indivíduo que envelhece dispõe.

No próximo subitem, apresento as visões e valores que os aposentados da Maringá Previdência têm sobre velhice e envelhecimento, esperando, assim, contribuir para o conhecimento das várias formas de se envelhecer.

### 3.4 A voz dos velhos

Filha, você tem um tempo pra conversar? Claro que tem, né? Esse jornal foi uma homenagem que fizeram para os servidores da Prefeitura. Essa aqui ó, era a telefonista. Já aposentou também. Esse era outro colega. Morreu. E esse sou eu. Eu tenho muitas histórias para contar. O problema de vocês jovens é que nunca querem ouvir o que a gente tem pra dizer. Para vocês, o velho nunca tem nada de bom pra dizer. ( Seu José, março de 2011)

Quando o Seu José disse que para os jovens a fala dos velhos não era importante, ele me fez pensar em como e quando seria possível mudar isso. De que maneira seria possível ouvir o que os aposentados da Maringá Previdência têm a dizer? Pensando nisso, o questionário foi elaborado e, posteriormente, foram conduzidas as entrevistas que culminaram nesta pesquisa.

Algumas vezes outros temas – além do que eles entendem por velhice, como veem a aposentadoria, que mudanças acreditam que estejam surgindo e como essa fase da vida é ou

pode ser peculiar – foram surgindo em suas falas. Por isso, busco apresentar as falas desses aposentados e suas reflexões sobre o envelhecer, bem como analisar suas palavras à luz da bibliografia por mim conhecida e utilizada nessa dissertação.

Como apresentei anteriormente, alguns aposentados não se viam como velhos. Eles se utilizaram de outros termos vigentes para se autodenominar. O aposentado Sr. Pedro, por exemplo, prefere ser chamado de “jovem senhor”. Interessante perceber que o termo Terceira Idade também é visto como inadequado por ele:

Eu não gosto de chamar de velho, idoso eu acho muito... coroa então é brincadeira...E terceira idade, vou te contar, não sei porque que inventaram essa coisa, viu? Melhor idade, terceira idade não porque que, que... Um jovem senhor, uma jovem senhora... (Sr. Pedro, ensino superior, 58 anos, renda média de 12 salários mínimos vigentes)

Assim, ainda que o Sr. Pedro possa ser visto como pertencente ao que se convencionou chamar de Terceira Idade, isto é, jovem – ou seja, não se enquadrando portanto no que o Estatuto do Idoso define como velho – , com renda elevada, ele não concorda com o termo, que para ele parece uma invenção que não respeita a velhice.

O mesmo tipo de percepção aparece em outras entrevistas, como, por exemplo, na da Sra. Luzia, que diz sobre Terceira Idade e outros termos classificatórios:

Eu acho que idoso é bom, não gosto de melhor idade... Adulto, né? Eu acho que a gente não deixa de ser adulto porque está mais velho, né? Não gosto de terceira idade, nem melhor idade... Terceira idade eu acho esquisito. É uma classificação... ah... mais científica, assim, né? Eu acho que idoso sem problema. (Sra. Luzia, ensino superior, 53 anos, com renda média de três salários mínimos vigentes)

A Sra. Luzia se identifica com o termo idoso. Para ela, idoso e adulto são os termos que melhor representam a velhice. Outras nomenclaturas, comumente utilizadas para se referir à última etapa do ciclo vital, não parecem corresponder ao cotidiano. São “esquisitas”, são “mais científicas”, parecem distantes das pessoas do dia a dia.

Já para o aposentado Sr. João, o termo Terceira Idade é engraçado. E arremata:

O pobre é sempre velho (Sr. João, ensino fundamental, 69 anos, com renda média de pouco mais de um salário mínimo vigente)

Sr. João, em sua fala, ao vincular pobreza e velhice, faz lembrar o que a antropóloga Clarice Peixoto diz sobre as nomenclaturas para se designar esta fase da vida:

(...) Se a denominação desses dois estabelecimentos marca uma certa ambivalência, a descrição de suas instalações mostra bem o tratamento diferenciado dispensado às diversas camadas sociais: o “lar” para os velhos e pobres, a “residência” para os idosos pertencentes às camadas mais favorecidas. *O termo “velho” tem assim uma conotação negativa ao designar, sobretudo, as pessoas de mais idade pertencentes às camadas populares que apresentam mais nitidamente os traços do envelhecimento e do declínio.* (PEIXOTO, 2006: 78. Grifos meus)

Embora a renda da Sra. Luzia seja bastante inferior à do Sr. Pedro, ambos possuem ensino superior e praticamente a mesma visão sobre o termo Terceira Idade. Para a Sra. Luzia as palavras “idoso” e “adulto” aparecem como as melhores opções, assim como para o Sr. Pedro a escolha é “jovem senhor”. Já para o Sr. João a realidade é bastante diferente. Com uma renda inferior à do Sr. Pedro e da Sra. Luzia, ele possui apenas ensino fundamental e tem uma ideia de velhice associada à pobreza.

Ao contrário de Sr. João, o Sr. Pedro e a Sra. Luzia, embora já aposentados, não poderiam ser enquadrados na categoria *Velho* ou *Idoso* uma vez que não possuem a idade mínima sugerida pela legislação vigente. O Estatuto do Idoso, seguindo o que a ONU preconiza, estabelece que são idosas as pessoas com 60 anos ou mais.

Essa percepção de que as diferentes categorias são destinadas a determinadas pessoas, apareceu em várias entrevistas. Isto é, por meio da valorização das falas dos entrevistados foi possível inventariar uma paleta de nomenclaturas que tentam explicar sua condição, seu lugar no ciclo da vida.

A negação da velhice, como já mencionado, também aparece nas falas, muitas vezes, não de forma direta, mas quando se referem aos outros como velhos:

Se eu ficar idosa e sem... Sem... Eu vou diretamente para um lugar desses.  
(Sra. Maria, ensino superior, 55 anos, renda média de dez salários mínimos vigentes)

A aposentada Sra. Maria também não possui a idade mencionada no Estatuto para caracterização da pessoa idosa, no entanto, diferente de outros aposentados entrevistados, ela não assume a velhice como algo que vivencia ou que esteja próximo a ela. “Se eu ficar” indica que ela se sente jovem e que o envelhecer está no futuro. Mas que, quando chegar à velhice, preferirá o isolamento em uma instituição voltada para idosos, o que indica que sua visão de velhice está vinculada a uma compreensão muito comum de que os velhos devem se retirar de cena, sair do convívio público, social. A agudeza dessa projeção da velhice chega a ser dramática, pois nem mesmo a família é concebida como um espaço amistoso para os velhos.

Para a Sra. Maria, como para alguns outros aposentados já citados, a aposentadoria chegou antes da velhice. E a velhice, quando vier, parece indicar como destino uma casa de repouso: “eu vou diretamente para um lugar desses”.

A ideia de uma velhice que ainda não chegou, também está manifesta na fala do aposentado Sr. Luiz que após se aposentar arrumou outro emprego para complementar a renda:

Fui cuidar de *um casal de idosos...* São *um casal de velhos*, a mulher é doente. Então eu ia no mercado, nas lojas, pagava as contas. Ninguém da família queria cuidar. Eu fui lá cuidar deles. Entrava um ordenadinho. Ficava lá conversando, fazendo comida. (Sr. Luiz, ensino fundamental, 77 anos, renda média de dois salários mínimos vigentes)

Aqui, Sr. Luiz, com 77 anos, não chama a si mesmo de velho, ou idoso, embora enquadre-se no recorte etário definido legalmente, mas refere-se ao casal de que cuida com esses termos. Ele diz, ainda, que não deve haver uma forma específica de se referir aos velhos, para ele ser “chamado pelo próprio nome é que é bom”.

Foi possível perceber, também, em diversas entrevistas, que a saúde é associada à juventude, aos propósitos que se tem na vida. A qualidade de vida é associada à juventude assim como o envelhecimento é associado a uma escolha da pessoa, de forma que somente se torna velho aquele que se deixa envelhecer:

(Se torna velho) a partir do momento em que a cabecinha dela fica velha, né? Porque se ele tiver sempre uma... Uma... Não é um corpo físico que vai dizer se a pessoa é idosa ou... Conheço tanta gente aí... esses jovens senhores, daí,

né? Que tem uma disposição, uma vitalidade, que vou te contar... Tem um senhor que tá fazendo faculdade lá na UEM, essa faculdade que eles chamam da terceira idade... (Sr. Pedro, ensino superior, 58 anos, renda média de 12 salários mínimos vigentes)

O Sr. Pedro associa, portanto, o envelhecimento ao indivíduo. É o sujeito que se deixa envelhecer, que se abandona e perde a vitalidade; para permanecer jovem basta que o indivíduo continue em busca de conhecimento, como o exemplo que ele mesmo dá. Processo que, como demonstrei acima, vem sendo chamado de reprivatização da velhice.

Além disso, reitera a oposição entre o corpo e a mente. O corpo envelhecido não caracterizaria a velhice se a mente permanecer jovem e ativa. O indivíduo precisa de disposição para as atividades físicas e intelectuais o que resultará no retardamento do envelhecimento.

A Sra. Luzia tem uma percepção bastante parecida sobre quando se chega à velhice:

Pra se tornar idoso? Não... Eu acho que existe o legal, né? Existe o tempo legal, mas eu acho que não. Eu acho que se sentir idoso vai depender da forma como a pessoa vive. Eu vejo pessoas se sentindo idosas com 60 anos, e vejo pessoas de 80 que não se sentem idosas. Que são... Dirigem... Que tem atividades né? Eu... Quando vejo uma pessoa de cabelinho branco dirigindo eu... Pra mim é um desafio grande, né? Porque ela não se deixou levar pelo... Pela falta de reflexos que ela vai tendo, né? E mesmo assim ela deu continuidade àquela atividade que ela gostava, que ela fazia, né? Então eu acho que não tem não, depende de... Da forma como a pessoa vive. Como ela encara isso, e até como os outros veem ele. Normalmente, eu acho que as pessoas olham a partir dele. O jovem de 15 anos acha o de 40 idoso, quando ele fica com 40 ele acha.. Até que o de 60 não é idoso, ele já tá chegando perto daquilo, né? (Sra. Luzia, ensino superior, 53 anos, com renda média de três salários mínimos vigentes)

Para a Sra. Luzia, então, as experiências de vida se sobrepõem às definições legais. Dirigir, por exemplo, mesmo sendo uma atividade mecânica, é algo que exige destreza, logo, manter-se capaz de dirigir é uma forma de resistência contra o envelhecimento, é a pessoa não se deixando “levar pela falta de reflexos” que a velhice pode acarretar.

Com essas falas podemos lembrar Guita Debert quando ela analisa a reprivatização da velhice, ou seja, quando a responsabilidade do envelhecimento recai sobre o indivíduo. Cada pessoa é responsável pelo que acontece com seu corpo, pelas consequências que a idade pode acarretar, pela saúde que tem, e assim por diante. A velhice, então, passa a ser vista como “um problema de indivíduos negligentes que não se envolveram no consumo de bens e serviços capazes de retardar seus problemas. Neste sentido, a velhice poderia novamente desaparecer do leque de preocupações sociais” (DEBERT, 2003: 154)

O envelhecimento passa a ser negado. Os outros é que são velhos. Eu me cuido, eu mantenho minhas atividades normais, eu saio para passear, eu trabalho. Essas atividades – muitas vezes associadas a uma pele lisa, cabelos coloridos e não brancos, corpo magro – são associadas à juventude. Nas palavras de Debert:

A tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. (DEBERT, 2012:14)

Então, as formas encontradas pelos aposentados para se manterem jovens ou, pelo menos, de não se verem como velhos, podem variar bastante, e não serem apenas vinculadas à ideia de Terceira Idade como tem se habituado a dizer.

Serviços voluntários, danças, práticas de esportes – e aqui pode ser mesmo a ida às Academias da Terceira Idade (ATI), bastante comuns na cidade de Maringá – podem ser associadas como maneiras de se manter longe da velhice.

E ainda que eles estejam buscando maneiras de afastar o envelhecimento, como de fato parecem fazer, seria isso suficiente para caracterizar a formação de uma identidade? Estaria essa identidade associada à ideia de Terceira Idade? Aparentemente não.

Durante as entrevistas, e como base em algumas perguntas extraídas dos questionários iniciais, algumas falas demonstram que tal categoria não é aceita por eles ou é vista como algo que não faz parte de suas realidades:

Velho. Eu sou velho. Eu sou velho, né? Eu vejo isso hoje. Mas antes eu não via. Agora com a mulher doente eu vejo. (Sr. Jorge, ensino fundamental, 68 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

O aposentado Sr. Jorge, casado com uma mulher trinta anos mais nova se percebe como velho quando passa a conviver com a doença da esposa. Segundo seu relato, não é a idade da mulher que o levou a pensar assim, mesmo sendo ela bem mais jovem que ele. Com a esposa doente é ele quem assume os cuidados da casa e dos filhos menores. Nessa hora, então, ele sente o peso da idade:

Velhice é ruim. Porque agora que a mulher tá doente eu penso: o que vai ser das crianças? Eu devia ter tido filho mais novo. Eu tenho saúde, mas eu sou velho. A mulher é nova, mas não tem saúde. Ninguém sabe o que ela tem. Ela desmaia assim, na rua. Sempre tem dor. Eu que cuido das crianças. Se eu morrer como eles ficam? Então nessa hora ser velho é ruim. Mas fora isso é bom. Porque agora eu tô aposentado, né? Então tem mais tempo. (Sr. Jorge, ensino fundamental, 68 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

Para ele a velhice é ruim por uma série de situações pelas quais tem passado em sua vida pessoal e, principalmente, porque sua experiência o faz associar velhice à doença, risco de morte e um certo impedimento de viver plenamente a paternidade. Tinha uma expectativa de que nessa fase da vida teria mais tempo em razão de estar aposentado, para acompanhar melhor o crescimento dos filhos e buscar outras fontes de renda. Como precisa cuidar dos filhos e da casa, acaba não conseguindo arrumar emprego fixo para complementar a renda. A velhice também poderia ser uma fase da vida em que Sr. Jorge poderia descansar e encontrar outras formas de lazer, mas isso parece ser deixado para o futuro que ele teme não chegar.

Já o caso da aposentada Sra. Cleuza é bastante interessante. Aposentou-se porque seu trabalho era pesado e causou-lhe diversos problemas de saúde:

Porque foi um inferno. Eu fiquei doente por causa da prefeitura (fala com a filha que sempre a acompanha). Mais de dez anos na cozinha, pra que? Pra ficar doente e não poder aposentar. Você lembra? A (...) teve que falar com o Prefeito. Isso é uma injustiça. Você lembra, disso? Aí, agora, eles ficam falando que tem que agradecer a gente no dia do aposentado. Agradecer o quê? Por nos deixarem doentes? Não precisa agradecer. (Sra. Cleuza, ensino médio, 62 anos, renda média de um salário mínimo vigente)



A Sra. Cleuza não associa a doença à velhice, mas sim a uma vida dedicada a um trabalho pesado e injusto. Ela agora auxilia a filha na confecção de doces e salgados para vender e complementar a renda.

Ainda que adoecida pelo trabalho, a Sra. Cleuza tenta se manter em atividade, mas reclama das Academias da Terceira Idade. Segundo ela, a ideia é boa e serve para “que as pessoas não fiquem velhas”, no entanto, as ATIs “só servem pra quem tem saúde”. A Sra. Cleuza sente-se assim, excluída de algo que ela acredita que poderia auxiliá-la.

Para ela a velhice não é algo bom e diz que quando eu tiver sua idade vou saber do que ela está falando. A contraposição entre juventude e velhice, percebida pela Sra. Cleuza na diferença de idade entre nós duas não impede que ela afirme que entre os termos vigentes para nomear as pessoas de mais idade ela não gosta de nenhum: “quero ser chamada é de maravilhosa”.

A Sra. Cleuza apresenta uma forma consciente e revoltada em relação à condição que teve no mundo do trabalho e o que a vida nesse espaço provocou, mas não perdeu o bom humor diante da vida.

A visão distante, midiática e comercial de algumas nomenclaturas utilizadas para denominar a velhice hoje, aparece na fala do aposentado Sr. Mauro:

(sobre ser chamado de Terceira Idade) Acho que sim. Mas não vejo ninguém falar assim. Só na tv. (Sr. Mauro, ensino fundamental, 72 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

Esse aposentado associa a velhice a algo ruim. Como ele foi aposentado compulsoriamente ao completar setenta anos, sente-se desprezado, jogado fora:

Ninguém me queria mais. O governo manda expulsar a pessoa que tem 70 anos. Eu podia trabalhar. Mas não podia mais. (Sr. Mauro, ensino fundamental, 72 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

Esse sentimento perpassa não apenas a vida funcional na Prefeitura de Maringá. O Sr. Mauro diz que faz bicos para complementar a renda, insuficiente para se manter, mas que encontra diversos problemas por conta da idade:

Faço uns bicos, mas agora, nessa idade, ninguém oferece nada. Às vezes surge uma data pra carpir. Mas só às vezes. Eu vendo amendoim, cato latinha. O que aparecer a gente faz. Mas tem que cuidar, né? Não dá pra fazer as coisas de quando eu era jovem porque não aguento, mas o resto eu faço. (Sr. Mauro, ensino fundamental, 72 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

O envelhecimento, neste caso, vem associado a uma série de eventos negativos: o impedimento de continuar trabalhando na prefeitura, a dificuldade em conseguir novos empregos que auxiliem nas finanças, a dificuldade em desempenhar atividades que, na juventude, eram corriqueiras.

O sentimento de frustração por ter servido a Prefeitura a vida toda e ser descartado, praticamente expulso com um salário que não viabiliza seu sustento, talvez justifique sua afirmação de que as pessoas de mais idade devem ser chamadas de velhas: “enquanto não morre é velho”.

Curioso perceber o recorte de gênero criando distinções significativas entre os aposentados que possuem uma mesma faixa de renda. As percepções da Sra. Cleuza, a senhora que queria se aposentar porque identificava no trabalho os motivos para envelhecer e adoecer se contrapõem, por exemplo, às do Sr. Mauro que, se pudesse continuaria até hoje vinculado ao mundo do trabalho, justificando que assim se sentiria útil.

A visão negativa da velhice do Sr. Mauro também aparece na fala do aposentado Sr. Joaquim. Ele disse que se aposentou porque tinha completado os requisitos para solicitar o benefício e, diante das inúmeras mudanças porque vem passando a previdência, ele achou que seria mais seguro aposentar-se. Ele ainda se mantém trabalhando, na mesma profissão em que se aposentou no município, porém, agora, trabalha em sua própria casa, dono de seu próprio negócio. Isso não impediu que ele passasse por situações desconfortáveis:

Tem uns que chamam de “vozinho” ou “tiozinho” e isso é uma agressão. (Sr. Joaquim, ensino médio, 62 anos, renda média de dois salários mínimos vigentes)

Como se pode notar, não há unidade entre os aposentados que justifique a formação de uma identidade, seja ela atrelada à noção de Terceira idade, seja ela atrelada qualquer outra

nomenclatura utilizada para se referir à velhice. No entanto, cabe lembrar a fala do Sr. Mauro que associa Terceira Idade a algo que soa como falso, fabricado, até, pela mídia.

Fica, também, bastante marcado em algumas falas, a associação feita entre o termo velho e a pobreza, como, por exemplo, na fala do Sr. João, que diz: “O pobre é sempre velho”.

Ressalto ainda que os aposentados entrevistados possuem experiências de vida – tanto no trabalho como pessoal – bastante distintas entre si, o que pode justificar a não identificação com um tipo específico de visão sobre a velhice. Mas seguindo essa linha, penso ser bastante relevante o fato de nenhum dos entrevistados terem mencionado a categoria à qual pertencem como um referencial para a identificação.

Em nenhuma das entrevistas a categoria *aposentado* foi acionada para referir-se a si próprio, embora essa categoria, muitas vezes seja utilizada para valorizar a pessoa envelhecida quando ela se retira do mundo do trabalho. Nas palavras da antropóloga Clarice Peixoto:

Se é verdade que os velhos se tornaram pessoas respeitadas através do termo idosos, este parece ser ainda mais valorizado com a criação da categoria aposentado, que introduz melhorias nas condições de vida das pessoas envelhecidas: através de instrumentos legais elas passam a adquirir um estatuto social reconhecido. No entanto, a aposentadoria traça contornos homogêneos neste novo recorte das idades, criando assim uma identidade comum em torno do universo da velhice, uma vez que classifica as pessoas não-produtivas segundo a idade cronológica. (PEIXOTO, 2006: 74)

Contudo, no caso que analiso, diante das entrevistas e conversas com os aposentados da Maringá Previdência, não houve, por parte deles, qualquer indicação de formação identitária, nem mesmo com a categoria aposentados.

Vale lembrar que muitos dos entrevistados tinham retornado ao mundo do trabalho – e talvez, portanto, não se vissem unicamente como aposentados.

É possível perceber, por exemplo, na fala do aposentado Sr. João que o universo do trabalho ainda faz parte de sua vida, ainda que de maneira muito menos rotineira do que a que ele esperava:

Eu ia aposentar quando tivesse o tempo, lembra? Mas o INSS não reconheceu um lugar que eu trabalhei porque estava borrado. Aí aposentei por idade, porque não ia conseguir mesmo o tempo. Ninguém me dá emprego, mas eu faço umas coisinhas aqui, outras ali. Uns bicos, né?

Arrumo a minha casa, dos irmãos, vizinhos. Outro dia mesmo eu caí do andaime. Fui parar no hospital. Mas não quebrou nada. Eu fui limpar a calha. A escada escorregou e eu caí... (Sr. João, ensino fundamental, 69 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

Por mais que o Sr. João tente se manter em atividade, fazendo bicos esporádicos, a idade não permite que consiga outros trabalhos, fixos ou não. Ele percebe que o fato de não encontrar trabalho se deve à idade e não à falta de experiência ou disponibilidade. Resta-lhe trabalhar para amigos e parentes, de maneira, às vezes, insegura, podendo vir a sofrer acidentes como o que ele mencionou.

Para ele, como para tantos outros, a vontade de se manter ativo une-se à necessidade de complementar a renda mensal, já que ajuda a neta doente:

Quando entrei na prefeitura a coisa era melhor. O salário era bom. Pra quem não tinha estudo era uma coisa muito boa trabalhar na prefeitura. Depois foi ficando ruim. (...) Velho é quem passa muitos anos por aqui. Todo mundo fica velho. Mas o duro é ser velho e doente. Se tiver saúde não faz diferença a idade que tem. Minha neta tem problemas de saúde graves e eu que ajudo a cuidar. Ela é jovem mas é doente, então é pior que ser velho (Sr. João, ensino fundamental, 69 anos, renda média de um salário mínimo vigente)

Assim, o Sr. João vê na velhice uma fase como qualquer outra em que o indivíduo pode continuar o ritmo normal da vida e do trabalho, desde que tenha saúde. A neta, muito mais jovem, por ser doente, não pode trabalhar e depende da ajuda da família, está em piores condições que ele, que é velho, mas pode trabalhar.

Situação semelhante é encontrada no depoimento da aposentada Sra. Josefa. Ela diz que não queria se aposentar, mas teve que fazê-lo, pois o marido teve um derrame e precisou de cuidados constantes:

Aposentei pra cuidar do marido, né? Ele teve dois derrames, não saia mais da cama. As filhas têm a vida delas. Eu fui pra cuidar dele. (Sra. Josefa, ensino superior completo, 64 anos, renda média de três salários mínimos vigentes)

A Sra. Josefa, como muitas outras mulheres, teve que fazer uma escolha de grande impacto em sua vida – a mudança de *status* de ativa para inativa – para poder se dedicar ao cuidado de familiares, neste caso, seu esposo. Mas ela não deixa de acreditar que vai ser possível retornar ao mercado de trabalho:

É difícil. Mas a gente vai levando. No começo foi mais difícil, porque não dá pra sair de casa. Agora ele (o marido) já tá melhor. Saio mais pra fazer as coisas urgentes. A gente vai reaprendendo a vida. Ensinar a comer, ensinar a ficar sentado, igual meus alunos. Mas a gente tem que fazer essas coisas. (...) Acho que o que faz a gente ficar velho é a doença e não ter dinheiro. Não acho que é necessário estudar a velhice, porque tem muitas outras coisas pra serem estudadas. Como as doenças, por exemplo. As pessoas precisam estudar as doenças pra elas pararem de deixar as pessoas tão imobilizadas. Eu acho que ainda tem muito tempo pela frente e que vou poder dar aulas de novo, talvez em escola particular. As filhas me ajudam como podem. Mas quase sempre estou sozinha com o marido. Cuidar de uma pessoa acamada tira a saúde da gente. (Sra. Josefa, ensino superior completo, 64 anos, renda média de três salários mínimos vigentes)

Aqui, para além do fato de ter parado de trabalhar para cuidar do marido adoecido, Sra. Josefa lembra que o fato de estar constantemente cuidando dele, também colabora para que sua própria saúde fique fragilizada. Ou seja, o fato de ter sido forçada a se aposentar e de estar cuidando de outra pessoa, que no momento depende quase que exclusivamente dela, afeta muito a sua qualidade de vida.

Em sua fala fica marcada a necessidade de ser continuar a viver, apesar dos percalços encontrados na velhice e aposentadoria:

Sinto falta de dar aulas, mas não reclamo da escolha que fiz. Eu tenho que ter paciência pra superar essa provação. (...) Eu acho que terceira idade é uma coisa que inventaram pra tratar melhor os mais velhos porque as pessoas que envelhecem são muito excluídas. O governo devia ter um programa específico para as pessoas mais velhas poderem viajar e ter uma saúde melhor. (...) Eu gosto de passear e dançar, mas agora só danço na minha cabeça, porque cuidar do marido me deixa cansada. Se ficar viúva vou rodar o país inteiro pra fazer turismo e talvez faça outro curso na

faculdade. (Sra. Josefa, ensino superior completo, 64 anos, renda média de três salários mínimos vigentes)

A Sra. Josefa demonstra assim que embora tenha 64 anos, não se sente velha. Quer fazer muitas coisas ainda, desde voltar a trabalhar até fazer turismo e até um novo curso de graduação. No momento, sente-se impedida pela doença do marido, mas também encara a doença como passageira, e então, a partir do momento em que ele se cure ou, como ela coloca, venha a falecer, ela poderá retomar sua vida.

Essa ideia é interessante e a antropóloga Miriam Goldenberg também diz encontrar essa forma de retomada da vida após a viuvez ou o divórcio, no relato de diversas mulheres que entrevistou. (Goldenberg, 2009)

Algumas vezes não é o trabalho remunerado que é associado a uma vida ativa, mas outras atividades que com o tempo livre proporcionado pela aposentadoria, a pessoa pode desenvolver, como é o caso da aposentada Sra. Eulália:

Eu me aposentei porque as regras iam mudar, então fiquei com medo de perder meus direitos. Mas eu não fico parada. Moro com minha mãe e passamos o tempo todo viajando ou batendo perna por aí. Quando não tô viajando vou ajudar em ONGs. Eu tenho 12 gatos, todos de resgates que não consegui doar. São os amores da minha vida. Eu saio pra dançar, vou na Associação (dos funcionários do município) danço até amanhecer. (...) Me sinto muito útil quando algum funcionário atual da prefeitura me liga pra tirar dúvidas de algumas coisas que eu fazia. Pedem pra ensinar. Sinto que meu trabalho não foi perdido e mostra que eu era uma boa servidora. Mas eu não penso em voltar a trabalhar. Já acostumei com a vida boa. Só mesmo serviço voluntário nas ONGs de animais abandonados. (...) Eu não me acho velha! Eu tenho saúde e um propósito na vida! (Sra. Eulália, feminino, 62 anos, ensino médio, renda média de três salários mínimos)

Ou seja, de acordo com a Sra. Eulália, mesmo sem ter um trabalho remunerado é possível encontrar outras formas de manter-se ativo e, assim, ter qualidade de vida. Ela, ainda, consegue usufruir dos passeios e viagens.

Vê-se pelas falas dos aposentados entrevistados que muitas categorias são acionadas e que, muitas vezes, levam em consideração para isso, a renda, a saúde, o lazer e o trabalho depois da aposentadoria.

Entretanto, para nenhuma das demais categorias apresentadas, houve a concepção de um grupo identitário com sinais diacríticos específicos, fossem eles o *status* – aposentados –, a renda ou a faixa etária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia. Quando o Sr. Amadeu fecha a história de sua vida, qual o conselho que dá? De tolerância para com os velhos, tolerância mesmo para aqueles que se transviaram na juventude: “Eles também trabalharam” (Bosi *in* Memória e Sociedade: lembranças de velhos, 1994)

Ao longo de seis anos tenho acompanhado a rotina dos aposentados da Maringá Previdência e de servidores ativos que buscam a Autarquia para saber sobre suas aposentadorias. Nesse período todo tenho ouvido suas histórias, acompanhando algumas experiências e aprendido muito sobre a velhice.

Ouvi muito mais que respostas para as dúvidas que surgiram dessa dissertação. Os aposentados, em especial, compartilharam comigo suas dúvidas, suas histórias de vida, algumas de suas vitórias e alguns problemas que perceberam na velhice.

Esta dissertação buscou desvendar os caminhos que a previdência percorre ao longo do tempo até se apresentar a nós da forma como a conhecemos hoje. Compreender a previdência não é, de maneira alguma, tarefa fácil. Até porque, as Leis Previdenciárias não deixam de ser alteradas, com a justificativa de que é preciso alcançar o equilíbrio das contas públicas, deixando o sujeito que se utiliza desse sistema, em segundo plano.

Acompanhei, ao longo desta pesquisa, alguns processos que culminaram em alterações à Constituição no que se refere às aposentadorias do país. São diversas as mudanças que se operam no sistema previdenciário nacional e a pressão, muito forte, de alguns setores da sociedade para que essas mudanças sejam implantadas, sempre apoiadas no discurso da ineficiência do sistema e da sobrecarga da manutenção dos benefícios sobre o Estado e a sociedade.

Assim, já no final de 2015 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 88/2015 que alterou a idade da aposentadoria compulsória para os servidores públicos, de 70 para 75 anos de idade.

Uma olhada mais superficial pode indicar que foi uma decisão acertada. Pode-se pensar que com as melhorias de saneamento, saúde, escolaridade, alimentação e distribuição de renda, entre outros, associados ao aumento da expectativa de vida, a aposentadoria aos 75 anos é bastante justa.



Mas o que motivou tal Emenda Constitucional foi o fato de ministros de tribunais de justiça serem obrigados a se aposentar – justamente como todo servidor público do país – num momento em que alcançavam a excelência de suas atividades e saber. O mesmo acontece em diversas outras áreas do conhecimento. Porém, pode-se afirmar que a medida foi um avanço para os trabalhadores em geral? Penso que não. Na realidade da Autarquia em que trabalho, por exemplo, não foram poucos os casos de servidores, às vésperas da Compulsória, que tentavam de tudo que é forma permanecer no cargo, em atividade. E poucos foram o que tiveram essa opção, sendo nomeados para um cargo em comissão. Ou poucos os que queriam continuar trabalhando devido a ter alcançado seu nível de excelência. A maioria absoluta queria permanecer em atividade por conta do salário. Enquanto permanecesse em atividade, além do salário, havia ainda a possibilidade de receber algum adicional (noturno, de insalubridade ou horas extras) e, até, uma gratificação, valores estes que auxiliam na complementação da renda do servidor e que, no entanto, por não sofrerem descontos previdenciários, não entram para o valor da aposentadoria.

Para esclarecer esta situação, dou um exemplo de meu cotidiano: a maioria dos servidores que se aposentaram pela compulsória, desde que sou responsável pelas aposentadorias do Município, é do quadro de auxiliares operacionais, anteriormente denominado auxiliares de serviços gerais. Seus salários sempre foram baixos (somente após a aprovação do plano de cargos e salários do município, através da Lei Complementar 966/2013<sup>38</sup> é que os salários do pessoal de serviços gerais passou a ser superior a um salário mínimo. Antes o valor era inferior, sendo complementado pela Prefeitura, através de abonos salariais, devido ao fato de a Constituição proibir pagamentos inferiores ao salário mínimo). Isso faz com que no momento da aposentadoria (por idade ou compulsória) o salário seja insuficiente para a manutenção do servidor aposentado e de sua família.

Descobrir a Maringá Previdência como um campo de análise também proporcionou essa visão mais ampla da aposentadoria e da velhice. Foi através desse olhar diferenciado, das conversas com os aposentados e com servidores em atividade que buscavam a Autarquia para tirar suas dúvidas sobre o futuro benefício que pude compreender melhor como se davam as mudanças que eles relatavam, suas visões do envelhecimento e o impacto da saída do mercado de trabalho.

---

<sup>38</sup> Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores Municipais de Maringá. Lei Complementar nº 966/2013. Disponível em <[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/11858\\_texto\\_integral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/11858_texto_integral)> Acesso em 13/01/2016.

As dificuldades apresentadas no decorrer da pesquisa, longe de impedir que ela se desenvolvesse, proporcionaram a chance de atentar para questões que, anteriormente, não me pareciam claras ou mesmo relevantes.

Dar voz aos velhos, ouvi-los, conversar com eles, observá-los quando iam à Maringá Previdência, pode sim mostrar uma realidade que, por vezes, passa despercebida.

Embora a aposentadoria sugira a perda de um papel social – com a mudança de *status* de ativo para inativo – muitos dos entrevistados não demonstraram que esta fase da vida seja, por si só, negativa ou na qual a qualidade de vida não possa ser buscada.

Evidentemente que o recorte dentro do universo dos aposentados da Maringá Previdência não permite que se afirme que essa máxima é válida para todos os demais aposentados, sejam eles da Autarquia ou de outros Entes Previdenciários. No entanto, parece-me que, para os aposentados da Maringá Previdência embora tenham finalizado seus vínculos empregatícios com a Prefeitura do Município, essas pessoas que dispuseram de seu tempo para me contar o que pensavam sobre envelhecimento, sobre as categorias pelas quais nomeamos essa fase da vida, sobre suas vivências, dão muita importância ao universo do trabalho. Fato que também apareceu para Ecléa Bosi, em seu *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*.

Diversos aposentados ressaltaram o fato de terem voltado a trabalhar após terem se afastado de suas atividades laborais na Prefeitura de Maringá. Outros, ainda, lamentam o fato de não poderem mais trabalhar seja por conta da idade, seja por conta da saúde debilitada, ou ainda, por estarem cuidando de algum parente adoecido.

A centralidade do trabalho para esses velhos parece demonstrar que a aposentadoria, de fato, lhes tira o papel de protagonistas num dos aspectos da vida, o universo do trabalho, mas que, para, além disso, é possível reencontrar esse papel de outras formas: seja como voluntário em diversos setores – ONGs de resgate de animais, bibliotecas, penitenciária, etc. – seja na tentativa de se reinserir no mercado de trabalho, muitas vezes sob regimes precarizados – sem carteira de trabalho, sem direitos trabalhistas, sem férias e sem a garantia de uma renda mínima.

Os desafios do envelhecimento persistem. A visão da velhice como uma fase de perdas também parece perdurar. Mas ao contrário de outros velhos, os aposentados da Maringá Previdência parecem buscar, em suas vidas, maneiras para tornar a velhice uma fase em que é possível ter qualidade de vida e manterem-se ativos e felizes. Parecem, por fim, terem encontrado uma maneira de, pelo menos, serem ouvidos.

## BIOGRAFIA BÁSICA DOS ENTREVISTADOS

Sr. Pedro: masculino, 58 anos de idade, ensino superior completo. Aposentado desde 2014. Renda média de 12 salários mínimos vigentes.

Sr. Maria: feminino, 55 anos de idade, ensino superior completo. Aposentada desde 2013. Renda média de 10 salários mínimos vigentes.

Sra. Luzia: feminino, 53 anos de idade, ensino superior completo. Aposentada desde 2010. Renda média de 03 salários mínimos vigentes.

Sr. João: masculino, 69 anos de idade, ensino fundamental. Aposentado desde 2011. Renda média de 01 salário mínimo vigente.

Sr. Luiz: masculino, 77 anos de idade, ensino fundamental. Aposentado desde 2006. Renda média de 02 salários mínimos vigentes.

Sr. Jorge: masculino, 68 anos de idade, ensino fundamental. Aposentado desde 2012. Renda média de 01 salário mínimo vigente.

Sra. Cleuza: feminino, 62 anos de idade, ensino médio. Aposentada desde 2013. Renda média de 01 salário mínimo vigente.

Sra. Josefa: feminino, 64 anos de idade, ensino superior. Aposentada desde 2003 e 2013 (possuía dois vínculos no município, que resultaram em duas aposentadorias). Renda média de 03 salários mínimos vigentes.

Sra. Eulália: feminino, 62 anos de idade, ensino médio. Aposentada desde 2008. Renda média de 03 salários mínimos vigentes.

Sr. Joaquim: masculino, 62 anos de idade, ensino médio. Aposentado desde 2013. Renda média de 02 salários mínimos vigentes.

Sr. Mauro: masculino, 72 anos de idade, ensino fundamental. Aposentado desde 2013. Renda média de um salário mínimo vigente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ninguém se cura dessa metamorfose. Não se retorna ileso de uma viagem dessas. A toda leitura preside, mesmo que seja inibido, o *prazer de ler*; e, por sua natureza mesma – essa fruição de alquimista –, o prazer de ler não teme imagem, mesmo televisual e mesmo sob a forma de avalanches cotidianas. (Pennac *In* Como um romance, 2011)

- AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. *Mana*, 7(2): 7-33, 2001.  
 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132001000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001)> Acesso em 09/08/2012.
- ALMEIDA, C.C.R. & DOURADO, S.P.C. (ogs) *Cultura Política, gênero e democracia: estudos sobre Maringá e eleições*. Maringá, Eduem, 2015.
- ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BARBOSA, Maria Raquel, MATOS Paula M. & COSTA, Maria Emília. Um Olhar sobre o Corpo: O Corpo Ontem e Hoje. *Psicologia & Sociedade*. 23 (1): 24-34, 2011.  
 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a04v23n1.pdf>> Acesso em 03/02/2013.
- BATISTA, Analía Soria. [et alii.] *Envelhecimento e Dependência: desafios para a organização da proteção social*. Brasília: MPS, SPPS, 2008. Disponível em <[www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/.../3\\_081208-173354-810.pdf](http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/.../3_081208-173354-810.pdf)> Acesso em 22/05/2013.
- BARROS, Myriam M. L. *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BATESON, Gregory. *Naven: Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- BRASIL. Benefício Assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BCP/LOAS). Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>> Acesso em 21/11/2015.
- BRASIL. Decreto 4682/23. Lei Eloy Chaves. Disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1924. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1938. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Decreto-Lei 5452 de 01 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Lei 3807 de 26 de agosto de 1960. Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2007/..%5C1960%5C3807.htm>> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Lei 8742 de 7 de dezembro de 1993. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)> Acesso em 21/11/2015.
- BRASIL. Lei 8.842 de 4 de Janeiro de 1994. Câmara dos Deputados. Publicação Original no Diário Oficial em 05/01/94, pg. 77, Seção 1. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8842-4-janeiro-1994-372578-norma-pl.html>> Acesso em 11/02/2013.

- BRASIL. Emenda Constitucional EC 20/98 de 15 de dezembro de 1998. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Emenda Constitucional EC 41/2003 de 19 de dezembro de 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)> Acesso em 11/02/2013.
- BRASIL. Lei 5.109 de 17 de junho de 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5109.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5109.htm)> Acesso em 15/05/2013.
- BRASIL. Emenda Constitucional 47/2005 de 05 de julho de 2005. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm)> Acesso em 11/07/2015.
- BRASIL. Lei 11.433 de 28 de dezembro de 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11433.htm)> Acesso em 08/05/2013.
- BRASIL. Lei 12.213 de 20 de janeiro de 2010. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm)> Acesso em 15/05/2013.
- BRASIL. Emenda Constitucional 88/2015. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc88.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc88.htm)> Acesso em 13/12/2015.
- BRUM, Eliane. Me chamem de velha. Revista Época Online. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/02/me-chamem-de-velha.html>> Acesso em 02/08/2015.
- CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 239/62. Disponível em <[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2019\\_texto\\_integral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2019_texto_integral)> Acesso em 11/07/2015.
- CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 262/63. Disponível em <[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2042\\_texto\\_integral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2042_texto_integral)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 549/67. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2329\\_texto\\_integ](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2329_texto_integral)  
[ral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2329_texto_integral)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 658/68. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2438\\_texto\\_integ](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2438_texto_integ)  
[ral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2438_texto_integ)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 706/69. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2486\\_texto\\_integ](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2486_texto_integ)  
[ral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2486_texto_integ)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 1313/79. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/3094\\_texto\\_integ](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3094_texto_integ)  
[ral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3094_texto_integ)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 06/93. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/263\\_texto\\_integr](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/263_texto_integr)  
[al](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/263_texto_integr)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 304/99. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/561\\_texto\\_integr](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/561_texto_integr)  
[al](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/561_texto_integr)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 749/2008. Disponível em <  
[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/10304\\_texto\\_inte](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/10304_texto_inte)  
[gral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/10304_texto_inte)> Acesso em 11/07/2015.

CÂMARA Municipal de Maringá. Lei 966/2013. Disponível em  
<[http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/11858\\_texto\\_int](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/11858_texto_int)  
[egral](http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/11858_texto_int)> Acesso em 13/01/2016.

CAMARANO, Ana Amélia. (Org.) Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia, PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade. P. 33-52. In Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

CARLOS, Sergio Antonio [et al.]. Identidade, Aposentadoria e Terceira Idade. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v.1, p. 77-89, 1999.

Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4653>> Acesso em 31/10/2012.

CARVALHO FILHO, José dos S. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.

DEBERT, Guita G. O velho na propaganda. Cadernos Pagu [online]. 2003, n.21, pg. 133-155.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a07.pdf>> Acesso em 17/01/2016.

DEBERT, Guita G. A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas. São Paulo: ANPOCSSociais, 2007. Disponível em <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_34/rbcs34\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm)> Acesso em 11/06/2012.

\_\_\_\_\_. A Cultura Adulta e Juventude como Valor. Caxambu, 2004. Acesso em 07/01/2013.

Disponível em:

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/CulturaAdulta.pdf>

\_\_\_\_\_. A Dissolução da Vida Adulta e a Juventude como Valor. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 16, n.34, pg. 49-70, jul./dez. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000200003&script=sci_arttext)> Acesso em 07/01/2013.

\_\_\_\_\_. A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 2012.

\_\_\_\_\_. (org) Antropologia e velhice. Textos didáticos, nº 13, janeiro de 1998.

DELGADO, Josimara. Velhice, Corpo e Narrativa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 189-212, jul./dez.,2010. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000200009&script=sci_arttext)>

Acesso em 14/07/2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Z. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2008.

ELIAS, Norbert. A Solidão dos Moribundos, Seguido de Envelhecer e Morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FONSECA, Ingrid Ferreira. Sociabilidades em um Clube de Malha: Perspectivas antropológicas sobre jogo, masculinidade e envelhecimento. 2015. 244f. (Tese de Doutorado, *Mímio*) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2015.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.



- \_\_\_\_\_. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOLDENBERG, Mirian (Org.) Corpo, Envelhecimento e Felicidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GOLDENBERG, Mirian. Coroas: Corpo, Envelhecimento, Casamento e Infidelidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- \_\_\_\_\_. A bela velhice. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- GUEDES, Simoni L. A concepção sobre família na geriatria e na gerontologia brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 15, N.43, Junho/2000. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000200005&script=sci_arttext)> Acesso em 02/10/2014.
- GRUEN, Sara. Água para Elefantes. São Paulo: Arqueiro, 2007.
- HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. São Paulo: DP&A, 2003.
- IBGE. Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 10/05/2013.
- IPEA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em 10/05/2013.
- KEMP, Kenia. Identidade Cultural. In GERRIERO, Silas (org) Antropos e Psique: O Outro e sua subjetividade. São Paulo: Olho Dagua, 2000.
- LARANJEIRA, Carlos A. Velhos são os Trapos: do positivismo clássico à nova era. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.19, n.4, p. 763-770, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902010000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902010000400004&script=sci_arttext)> Acesso em 14/07/2012.
- LIMA, Rosilene Alves de Souza. A Construção do Envelhecimento. 2004. 136f. (Dissertação de Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_arquivos/2/TDE-2004-09-16T11:59:25Z-3/Publico/Tese%20Rose.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/2/TDE-2004-09-16T11:59:25Z-3/Publico/Tese%20Rose.pdf)> Acesso em 18/11/2012.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Um diário no sentido estrito do termo. São Paulo: Record, 1997.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* REIS. N.62, p. 193-242, abril-junio,1993. Disponível em:

- <<http://www.reis.cis.es/REIS/jsp/REIS.jsp?opcion=revistas&numero=62>> Acesso em 29/11/2015.
- MARINGÁ. Lei Ordinária 4.400 de 26 de maio de 1997. Disponível em <[www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/0fbb7f05f36f.pdf](http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/0fbb7f05f36f.pdf)> Acesso em 15/05/2013.
- OLIVEIRA, Jaime A. A; TEIXEIRA, Sonia M. F. (Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Vidas compartilhadas: cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana. Marília, SP: Editora Cortez, 2011.
- ONU. Direitos Humanos e Pessoas Idosas. Portugal: Comitê das Nações Unidas, 2002. Disponível em <[http://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D\\_H\\_Pessoas\\_Idosas.pdf](http://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D_H_Pessoas_Idosas.pdf)> Acesso em 15/05/2013.
- ONU. Disponível em <<http://social.un.org/index/Ageing.aspx>> Acesso em 08/05/2013.
- ONU. Disponível em <<http://www.un.org/es/development/devagenda/ageing.shtml>> Acesso em 08/05/2013.
- PAPALÉO NETTO, Matheus. Gerontologia: A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada. São Paulo: Editora Atheneu, 2002.
- PAPALÉO NETTO, Matheus. O Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In FREITAS, E. V. [et al.]. (Org.) Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- PEIXOTO, Clarice E. & CLAVAIROLLE, Françoise. Envelhecimento, Políticas Sociais e Novas Tecnologias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PEIXOTO, Clarice E. Entre o Estigma e a Compaixão e os Termos Classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... . In BARROS, M.M.L. (Org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PENNAC, Daniel. Como um romance. Porto Alegre, RS: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF- FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.
- PRADO, Shirley D. O curso da vida, o envelhecimento humano e o futuro. *Textos sobre Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 2002. Disponível em

<[http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-59282002000200006&lng=pt&nrm=iso](http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000200006&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 13/08/2012.

PRADO, Shirley D. & SAYD, Jane D. A Pesquisa sobre Envelhecimento Humano no Brasil: Grupos e Linhas de Pesquisa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (1): 57-68, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19823.pdf>> Acesso em 13/08/2012.

RODRIGUES, Milena, et al. A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a esta questão. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (1): 53-62, 2005. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v6n1/v6n1a06.pdf>> Acesso em 11/07/2015.

RUBEN, Guillermo Raúl. Teoria da Identidade: Uma Crítica. In Anuário Antropológico/86. P. 75-92. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988.

SENADO. Congresso derruba veto ao projeto que eleva a 75 anos aposentadoria compulsória no serviço público. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/01/congresso-derruba-veto-ao-projeto-que-eleva-a-75-anos-aposentadoria-compulsoria-no-servico-publico>> Acesso em 13/12/2015.

SEPARAVICH, Marco A. Uma Reflexão Socioantropológica sobre o Corpo na Menopausa. 2010. 137f. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Campinas. 2010. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000770317>> Acesso em 22/06/2012.

SERRA E GURGEL, J.B. A evolução da Previdência Social. Rio de Janeiro: FUNPREV Fundação ANASPS, 2007.

SILVA, Luna R. F. Da Velhice à Terceira Idade: O Percurso Histórico das Identidades Atreladas ao Processo de Envelhecimento. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000100009&script=sci_arttext)> Acesso em 13/08/2012.

SILVA, Luna R. F. Terceira Idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional? *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p. 801-815, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312008000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312008000400011&script=sci_arttext)> Acesso em 13/08/2012.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

- SIMÕES, Júlio A. “A Maior Categoria do País”: o aposentado como ator político. In BARROS, M.M.L. (Org.) *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- TELLES, Silvio C. C. et alii. O surgimento do campo da atividade física para idosos no Brasil. *Revista Brasileira de história & Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.6, n.11, p. 84-104, julho de 2014. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JS5K1kmlE0YJ:www.rbhcs.com/rbhcs/article/download/204/198+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 14/12/2014.
- UGINO, Camila Kimie. As reformas previdenciárias brasileiras sob a pressão neoliberal. 2011. 92f. (Dissertação de Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_arquivos/10/TDE-2011-03-29T11:04:28Z-10792/Publico/Camila%20Kimie%20Ugino.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/10/TDE-2011-03-29T11:04:28Z-10792/Publico/Camila%20Kimie%20Ugino.pdf)> Acesso em 22/05/2015.
- VERAS, Renato. Envelhecimento Populacional Contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Revista de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 2009, 43(3): 548-554. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102009000300020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000300020)> Acesso em 01/08/2013.
- VON SIMSON, Olga R. de M., NERI, Anita L. & CACHIONI, Meire. (Org.) *As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.
- WONG, Laura L. Rodríguez, CARVALHO, J.A.. O Rápido Processo de Envelhecimento Populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira Est. Popul.* São Paulo, vol. 23, nº 1, p. 5-26, Jan-Jun/2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02>> Acesso em 02/08/2015.

## ANEXO 1

### Questionário

#### APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR

Sou da universidade Estadual de Maringá - UEM. Estamos realizando um estudo sobre como os aposentados da Maringá Previdência entendem a velhice e diversos aspectos da vida. Neste estudo, serão entrevistados alguns aposentados, que fazem parte de uma amostra que representa a Maringá Previdência. Este estudo faz parte da Pesquisa de Mestrado da servidora Tatiane G. Damasceno, aluna da UEM, sobre o envelhecimento em Maringá. **Suas respostas SERÃO CONFIDENCIAIS**, em nenhum momento será divulgado seu nome ou qualquer outro dado que o (a) identifique. Gostaria de perguntar sua visão sobre diversos assuntos. Sua opinião contribuirá para uma melhor compreensão sobre o que as pessoas idosas de nossa cidade pensam sobre os temas abordados.

#### DADOS GERAIS

Q1. Nome	
Q2. Data	
Q3. Sexo	
Q4. Nº de filhos vivos	
Q5. Cor (de acordo com a identificação do entrevistado)	
Q6. Data da aposentadoria	

Q7. Qual o nível educacional mais alto que o (a) sr. (a) atingiu?

0	Não frequentou a escola	
1	Ensino fundamental incompleto	
2	Ensino fundamental completo	
3	Ensino médio incompleto	
4	Ensino médio completo	
5	Ensino superior incompleto	
6	Ensino superior completo	
7	Pós-graduação	

#### MORADIA

Q8. O (a) senhor (a) possui casa própria?

0	NÃO	
1	SIM	

Eu gostaria de saber com quem o (a) senhor (a) mora atualmente? **(O entrevistado pode dar mais de uma resposta. Para NÃO pontuar 0 e para SIM pontuar 1)**

Q9. Sozinho (a)	0	1	
Q10. Com companheiro (a)	0	1	
Q11. Com filhos (as)	0	1	
Q12. Com parentes	0	1	
Q13. Com amigos (as)	0	1	
Q14. Em instituições	0	1	
Q15. Com netos (as)	0	1	
Q16. Outros	0	1	

Q17. Eu gostaria de saber em que cidade e bairro o (a) sr. (a) mora?

---



---

### RENDA

Eu já sei que o (a) sr. (a) recebe aposentadoria. Eu vou LER algumas outras fontes de renda, e gostaria de saber se o (a) sr. (a) possui alguma (s) dela (s). **(O entrevistado pode dar mais de uma resposta. Para NÃO pontuar 0 e para SIM pontuar 1. Leia os itens e assinale uma resposta para cada.)**

Q18. Ajuda familiar	0	1	
Q19. Auxílio doenças	0	1	
Q20. Pensão	0	1	
Q21. Serviço Permanente	0	1	
Q22. Serviço eventual	0	1	
Q23. Poupança	0	1	
Q24. Aluguel	0	1	
Q25. Instituições religiosas	0	1	
Q26. Instituições sociais	0	1	
Q27. Previdência Privada	0	1	
Q28. Outros	0	1	

Q29. Considerando sua aposentadoria e as demais fontes de renda citadas, eu gostaria de saber, de maneira aproximada, qual o valor de sua renda em reais ou em número de salários mínimos? Caso o(a) senhor(a) não saiba exatamente, pode informar um valor aproximado.

1	Um salário mínimo (R\$ 724,00)	
2	De um a dois salários mínimos (de 724,00 a R\$ 1448,00)	
3	De dois a três salários mínimos (de R\$ 1488,00 a R\$ 2172,00)	
4	De três a cinco salários mínimos (de R\$ 2172,01 a R\$ 3620,00)	
5	De cinco a dez salários mínimos (de R\$ 3620,01 a R\$ 7240,00)	
6	Acima de dez salários mínimos (acima de R\$ 7240,01)	

### OCUPAÇÃO

Considerando que algumas pessoas, mesmo depois de aposentadas, exercem algum tipo de trabalho, gostaria de saber se o (a) sr. (a) exerce alguma (s) das atividades que vou mencionar.

**(O entrevistado pode dar mais de uma resposta. Para NÃO pontuar 0 e para SIM pontuar 1. Leia os itens e assinale uma resposta para cada.)**

Q30. Trabalho doméstico	0	1	
Q31. Trabalho eventual remunerado	0	1	
Q32. Trabalho fixo remunerado	0	1	
Q33. Trabalho voluntário	0	1	
Q34. Outros	0	1	

#### ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

Agora, eu gostaria de saber, o que o(a) senhor(a) faz em suas horas de lazer. Para cada uma das atividades que vou LER, gostaria que respondesse se faz ou não. **(O entrevistado pode dar mais de uma resposta. Para NÃO pontuar 0 e para SIM pontuar 1. Leia os itens e assinale uma resposta para cada.)**

Q35. Assistir à TV	0	1	
Q36. Acessar Internet	0	1	
Q37. Ouvir rádio	0	1	
Q38. Leitura de livros	0	1	
Q39. Leitura de jornais e/ou revistas	0	1	
Q40. Praça	0	1	
Q41. Ginástica/ academia/ baile	0	1	
Q42. Viagem	0	1	
Q43. Igreja	0	1	
Q44. Conversar com amigos (as)	0	1	
Q45. Ficar/ passear com filhos e netos	0	1	
Q46. Curso de culinária, artesanato, danças, etc.	0	1	
Q47. Grupo de idosos. Quais?	0	1	

Q48. Na Universidade Estadual de Maringá – UEM, existe uma Universidade Aberta da Terceira Idade, a UNATI, que oferece cursos gratuitos às pessoas com mais de 60 anos. Gostaria de saber se o(a) senhor(a) conhece ou não a UNATI e, caso conheça, se participa ou teria interesse em participar.

<b>0</b>	Não conhece	
<b>1</b>	Conhece	
<b>3</b>	Conhece e participa	
<b>4</b>	Participaria	

Q49. Na cidade de Maringá existe o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, responsável por averiguar o cumprimento de Leis como o Estatuto do Idoso, garantindo que ele seja aplicado e buscando maior segurança e proteção à pessoa idosa. Gostaria de saber se o(a) senhor(a) conhece ou não o Conselho do Idoso e, caso conheça, se participa ou teria interesse em participar.

<b>0</b>	Não conhece	
<b>1</b>	Conhece	

3	Conhece e participa	
4	Participaria	

#### ATIVIDADES FÍSICAS E SAÚDE

Q50. O(a) sr.(a) sabe o que são Academias da Terceira idade – ATIs? (**caso a pessoa responda que NÃO conhece a ATI, pular para a questão 57**)

0	NÃO	
1	SIM	

Q51. O(a) Senhor(a) frequenta ou já frequentou alguma ATI? (**caso a pessoa responda que NÃO frequenta, pular para a questão 56**)

0	NÃO/NUNCA	
1	SIM	

Q52. Se frequenta ou já frequentou, com que frequência?

0	Nunca	
1	Raramente	
2	De uma a duas vezes na semana	
3	De duas a quatro vezes na semana	
4	Mais de cinco vezes na semana	

Q53. Em alguma vez enquanto o(a) sr.(a) frequentava a ATI, houve acompanhamento de profissionais? (professor de educação física, por ex.)

0	NÃO	
1	SIM	

Q54. Das vezes em que o(a) sr.(a) foi à ATI, o sr.(ar) sofreu alguma lesão?

0	NÃO	
1	SIM	

Q55. Qual o motivo que levou o(a) sr.(a) a frequentar a ATI? (**pular para a questão 57**)

---



---



---



---

Q56. Por que o (a) sr.(a) não frequenta a ATI? (**essa pergunta só deve ser feita caso a pessoa responda que NUNCA frequenta (ou) a ATI**)

---



---



Eu vou falar alguns tipos de serviços de saúde e gostaria de saber se o sr. (a) utiliza e gostaria que me dissesse se considera o serviço muito ruim, ruim, bom ou muito bom.

	NÃO UTILIZA	MUITO RUIM	RUIM	BOM	MUITO BOM
Q57. SUS	0	1	2	3	4
Q58. PLANO DE SAÚDE	0	1	2	3	4
Q59. PARTICULAR	0	1	2	3	4
Q60. SAMA (Prefeitura)	0	1	2	3	4
Q61. SAS (Estado)	0	1	2	3	4
Q62. BENZEDOR/ BENZEDEIRA	0	1	2	3	4
Q63. OUTRO	0	1	2	3	4

Q64. Em geral, quem é mais cuidadoso com a própria saúde?

0	Homens	
1	Igualmente	
2	Mulheres	

Q65. Na opinião do(a) sr.(a) o que é qualidade de vida?

---



---



---



---

Q66. Se eu pedisse para o (a) sr. (a) dar uma nota para sua qualidade de vida, hoje, qual seria essa nota? Sendo 0 a pior e 10 ótima.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Q67. O (a) sr. (a) faz algum tipo de atividade física?

0	NÃO	
1	SIM	

Eu vou falar alguns tipos de atividades. O (a) sr. (a) pode me dizer se pratica alguma (s) delas (s)? **(O entrevistado pode dar mais de uma resposta. Para NÃO pontuar 0 e para SIM pontuar 1. Leia os itens e assinale uma resposta para cada.)**

Q68. Ginástica	0	1
Q69. Dança	0	1
Q70. Corrida	0	1
Q71. Caminhada	0	1
Q72. Exercícios em academia	0	1
Q73. Yoga	0	1
Q74. Tai-chi-chuan	0	1
Q75. Bocha	0	1
Q76. Futebol	0	1
Q77. Natação	0	1

Q78. Hidroginástica	0	1
---------------------	---	---

### CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Agora, vou listar alguns tipos de associações e grupos e gostaria que o (a) senhor (a) me dissesse se já participou dessas associações ou grupos em alguma etapa da vida. Caso o (a) sr. (a) desconheça ou não saiba o que signifique algum dos itens mencionados abaixo, por favor, nos fale). **(O entrevistado pode dar mais de uma resposta. Para NÃO pontuar 0 e para SIM pontuar 1. Leia os itens e assinale uma resposta para cada.)** (Instrução: Caso a pessoa responda que NUNCA, passar para a próxima associação ou grupo, caso responda que SIM, perguntar em que fase da vida)

	NUNCA PARTICIPEI	PARTICIPEI QUANDO JOVEM	PARTICIPEI ENQUANTO TRABALHAVA	PARTICIPO HOJE
Q79. CULTURAL				
Q80. ESPORTIVA				
Q81. RECREATIVA				
Q82. RELIGIOSA				
Q83. ASSISTENCIAL				
Q84. COMUNITÁRIA/ DE BAIRRO				
Q85. GRUPO DE IDOSOS				
Q86. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs				
Q87. PARTIDOS POLITICOS				
Q88. Outros. Quais?				

Q89. O (a) sr.(a) foi filiado ao sindicato em algum momento da vida? Se sim, em que momento? **(ler as opções 2 a 5 se a pessoa responder que já foi filiada).**

0	Não/ nunca	
2	Filiação apenas, enquanto estive trabalhando.	
3	Filiação com participação, enquanto estive trabalhando.	
4	Filiação apenas, após me aposentar.	
5	Filiação com participação, após me aposentar.	

Q90. Qual a idade do (a) sr. (a)? \_\_\_\_\_

Q91. Gostaria de saber se nas últimas eleições, o (a) sr. (a) votou. Quero deixar claro que a pergunta é se o(a) senhor(a) compareceu ao local de votação e que não preciso saber em quem o(a) senhor(a) votou.

0	Não	
1	Sim	

Q92. Se tivesse que dizer o quanto tem interesse por política, o(a) senhor(a) diria que nenhum, pouco, algum ou muito?

0	Nenhum interesse	
1	Pouco interesse	
2	Algum interesse	
3	Muito interesse	

Q93. O(a) sr.(a) sabe que a partir dos 70 anos a pessoa não é mais obrigada a votar nas eleições?

0	Não	
1	Sim	

Q94. Sendo assim, o(a) sr.(a) ainda vota? **(Essa pergunta só deve ser feita se a pessoa responder que tem mais de 70 anos)**

0	Não	
1	Sim	

Q95. O que o(a) sr.(a) acha que faz com que as pessoas que não são mais obrigadas a votar, continuem votando?

---



---



---

Q96. Na opinião do(a) sr.(a) o que é mais importante na hora de votar?

1	O partido ou coligação a que pertence o candidato	
2	A pessoa do candidato	

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) sr.(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o país. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo.

		Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo
Q97	Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.				
Q98	Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que				

	são as melhores para o país.				
Q99	Ter um governo militar.				
Q100	Ter um sistema político democrático				

Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca.

		<b>NUNCA FARIA</b>	<b>PODERIA FAZER</b>	<b>JÁ FIZ</b>
Q101	Assinar abaixo assinado			
Q102	Participar de boicotes			
Q103	Participar de manifestações			
Q104	Participar de passeatas			
Q105	Participar de greves			

Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) sr.(a), poderia me dizer se não confia, confia pouco, confia em parte ou confia muito?

	<b>Não confia</b>	<b>Confia pouco</b>	<b>Confia em parte</b>	<b>Confia totalmente</b>
Q106. Igrejas/ organizações religiosas	0	1	2	3
Q107. Forças armadas (marinha, aeronáutica, exército)	0	1	2	3
Q108. Televisão	0	1	2	3
Q109. Imprensa	0	1	2	3
Q110. Sindicatos	0	1	2	3
Q111. Polícia	0	1	2	3
Q112. Sistema Judiciário	0	1	2	3
Q113. Ministério Público (promotores)	0	1	2	3
Q114. Governo Federal	0	1	2	3
Q115. Governo Estadual	0	1	2	3
Q116. Governo Municipal	0	1	2	3
Q117. Congresso Nacional (Câmara e Senado)	0	1	2	3
Q118. Câmara de Vereadores	0	1	2	3
Q119. Partidos Políticos	0	1	2	3
Q120. ONGs	0	1	2	3
Q121. Serviços Públicos	0	1	2	3
Q122. Movimentos Sociais	0	1	2	3

Q123. O(a) Sr.(a) pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual?

0	Não pertence a nenhuma religião ou grupo religioso		
1	Católico	Praticante	Não praticante
2	Protestante/ evangélico		

3	Espírita
4	Outra:

### IDENTIDADE

Eu vou falar algumas categorias pelas quais as pessoas de mais idade costumam ser chamadas. Para cada uma delas, gostaria de saber qual o(a) senhor(a) acha que é uma boa maneira de representar as pessoas de mais idade?

Q124. Velho	0	1
Q125. Idoso	0	1
Q126. Coroa	0	1
Q127. Terceira Idade	0	1
Q128. Melhor Idade	0	1
Q129. Jovem senhor (a)	0	1
Q130. Adulto	0	1
Q131. Outra. Qual?		

Q132. Na opinião do(a) senhor (a), a partir de que momento a pessoa se torna “idoso(a)”?

---



---



---



---

Q133. Muitas pessoas dizem que a velhice é uma fase diferente da vida. O (a) sr. (a) concorda com essa afirmação? (**caso a pessoa responda que NÃO, pular para a questão 135**)

0	Não	
1	Sim	

Q134. Caso o (a) sr. (a) concorde, o que torna a velhice uma fase da vida diferente das outras? Que mudanças o (a) sr. (a) percebe nesta fase?

---



---



---

Q135. O (a) senhor (a) começou a ser tratado de maneira diferente nesta fase? O que o (a) sr. (a) acha deste tratamento?

---



---

---

---

Q136. Eu gostaria de saber se o (a) sr. (a) tem alguma pessoa que dependa do (a) sr. (a). Se tiver, gostaria que me falasse a quantidade e a idade deles.

---

---

Q137. No caso desses dependentes que o (a) sr. (a) me falou, de que tipo de dependência estamos falando? (Cuidados médicos, acompanhamento de crianças, dependência financeira)

---

---

Q138. Para atender às necessidades desses dependentes, o (a) sr. (a) precisa dedicar seu tempo? Quanto mais ou menos?

---

---

Q139. Essa dependência implica de alguma forma na qualidade de vida do (a) sr. (a)? (Prejuízo à saúde, comprometimento da renda, impedimentos diversos)

---

---

**ENCERRE A ENTREVISTA E AGRADEÇA AO (A) ENTREVISTADO(A).**

## ANEXO 2

### Roteiro da entrevista formal

#### Roteiro de Entrevista

Nome	
Data	
Sexo	
Nº de filhos vivos	
Data da aposentadoria	

- Escolaridade: \_\_\_\_\_
- Possui casa própria: \_\_\_\_\_
- Mora com: \_\_\_\_\_
- Além da aposentadoria, possui outra renda: \_\_\_\_\_
- Quem é o responsável pelos trabalhos domésticos: \_\_\_\_\_

- Considerando que algumas pessoas, mesmo depois de aposentadas, exercem algum tipo de trabalho, gostaria de saber se o (a) sr. (a) exerce alguma (s) das atividades que vou mencionar.

Trabalho doméstico
Trabalho eventual remunerado
Trabalho fixo remunerado
Trabalho voluntário
Outros

- Agora, eu gostaria de saber, o que o(a) senhor(a) faz em suas horas de lazer. Para cada uma das atividades que vou LER, gostaria que respondesse se faz ou não.

Assistir à TV	
Acessar Internet	
Ouvir rádio	
Leitura de livros	
Leitura de jornais e/ou revistas	
Praça	
Ginástica/ academia/ baile	
Viagem	
Igreja	
Conversar com amigos (as)	
Ficar/ passear com filhos e netos	
Curso de culinária, artesanato, danças, etc.	
Grupo de idosos. Quais?	

- Possui alguma atividade física regular: \_\_\_\_\_
- Utiliza ATI: \_\_\_\_\_
- O que é qualidade de vida para o (a) senhor (a) \_\_\_\_\_

- Eu vou falar algumas categorias pelas quais as pessoas de mais idade costumam ser chamadas. Para cada uma delas, gostaria de saber qual o(a) senhor(a) acha que é uma boa maneira de representar as pessoas de mais idade?

Velho	
Idoso	
Coroa	
Terceira Idade	
Melhor Idade	
Jovem senhor (a)	
Adulto	
Outra. Qual?	

- Na opinião do(a) senhor (a), a partir de que momento a pessoa se torna “idoso(a)”?

---



---



---

- Muitas pessoas dizem que a velhice é uma fase diferente da vida. O (a) sr. (a) concorda com essa afirmação?

0	Não	
1	Sim	

- Caso o (a) sr. (a) concorde, o que torna a velhice uma fase da vida diferente das outras? Que mudanças o (a) sr. (a) percebe nesta fase?

---



---

- O (a) senhor (a) começou a ser tratado de maneira diferente nesta fase? O que o (a) sr. (a) acha deste tratamento?

---



---

- Eu gostaria de saber se o (a) sr. (a) tem alguma pessoa que dependa do (a) sr. (a). Qual o tipo de dependência?

---



---

- O que motivou seu pedido de aposentadoria?

---



---

- O (a) senhor (a) vê vantagens em ter chegado a esta fase da vida, em ter se aposentado?

---



---



### ANEXO 3

#### **Termo de consentimento livre e esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileirox, \_\_\_ anos, (estado civil) , aposentadx, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, estou sendo convidadx a participar de um estudo denominado “Aposentados da Maringá Previdência: um olhar sobre a velhice” pesquisa da mestranda Tatiane Gonçalves Damasceno, aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Mestrado, cujos objetivos e justificativas são: descobrir como os aposentados da Maringá Previdência vivenciam a velhice, as mudanças ocasionadas pela idade e mudança de *status* (ativo/ inativo), bem como compreender suas vivências e expectativas diante desta fase da vida.

A minha participação no referido estudo será no sentido de apresentar meus relatos sobre a aposentadoria e minhas escolhas e vivências, minhas impressões sobre esta fase da vida.

Recebi os esclarecimentos necessários sobre o desenvolvimento da pesquisa e seus objetivos bem como da utilização dos relatos para a compreensão do envelhecimento.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em absoluto sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é a estudante e servidora pública Tatiane Gonçalves Damasceno, com orientação da Professora Doutora Simone Pereira da Cosa Dourado, e com ela poderei manter contato pelos telefones 44-322X-XXXX e 44-995X-XXXX.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar,

estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o Mestrado em Ciências Sociais UEM (44) 3011-8905 ou mandar um email para [simone@XXXX.com.br](mailto:simone@XXXX.com.br)

Maringá, de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Entrevistadx

Tatiane Gonçalves Damasceno